



CONCEPÇÃO SINDICAL

HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO E SINDICAL NO BRASIL





CURSO DE FORMAÇÃO POLÍTICA

- 1) Concepção e Prática Sindical**
- 2) História do Movimento Sindical**
- 3) História do Movimento dos Bancários no Brasil e no RN**

OBJETIVOS:

Este curso tem como público alvo dirigentes sindicais. O seu conteúdo passa por uma breve história dos sindicatos no mundo e no Brasil, a experiência do novo sindicalismo surgido na década de 1980, os princípios de um sindicalismo classista e combativo e a importância da Organização por Local de Trabalho.

Este curso tem como objetivo central contextualizar a necessidade do movimento sindical classista e apresentar os princípios deste sindicalismo, auxiliando os ativistas sindicais a refletirem sobre sua prática tendo embasamento teórico básico para construir o sindicalismo classista. Conhecer a história do movimento no Brasil e da categoria dos bancários no Rio Grande do Norte é uma forma de fortalecer a ação cotidiana e aprender com os acertos e erros do passado, para tomar as melhores decisões nos dias de hoje.

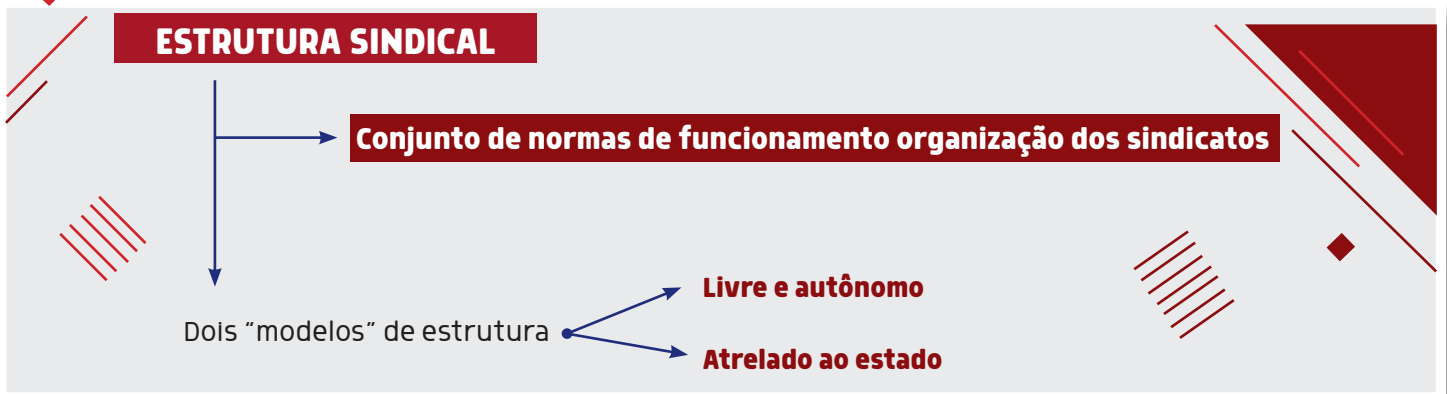
Elaborado por: ILAESE - Instituto Latino Americano de Estudos Socioeconômicos

CONCEPÇÃO, PRÁTICA E ESTRUTURA SINDICAL

Ao contrário do que comumente se pensa, o sindicalismo surgiu de forma espontânea, como meio de organizar os trabalhadores em luta por direitos e condições salariais. Apenas posteriormente ele se transformou em um braço do Estado, capaz de ter vida própria, independente de qualquer atuação de base e da vontade da categoria que representa.

Apesar das diferentes formas de atuação predominantes em cada fase, ao longo do século XX, encontraremos apenas dois “modelos” de

estrutura sindical. O primeiro, dominante até os anos 30, tinha por base a mais ampla liberdade e autonomia sindical. Os sindicatos funcionavam a partir de regras próprias, construídas, com plena autonomia, por seus integrantes. Já a segunda forma de estrutura sindical, nascida durante o primeiro governo de Getúlio Vargas e que em essência permanece intocada até hoje, baseia-se no forte atrelamento dos organismos dos trabalhadores à estrutura do Estado capitalista.



Desde a década de 30, com a estrutura sindical posta em prática pelo governo Vargas, a efetiva defesa da liberdade e autonomia sindical só volta a ganhar força no final dos anos 70. Naquele momento o debate sobre a necessidade do fim da unicidade imposta e de toda e qualquer interferência do Estado nas formas de funcionamento das entidades dos trabalhadores se põe na ordem do dia. A ideia central daquelas propostas era a de que somente os trabalhadores, organizados em suas reuniões, assembleias e congressos, poderiam efetivamente decidir o melhor caminho a ser adotado, assim como qual sindicato ou diretoria gostariam de ter à frente de suas lutas. Ou seja, devia prevalecer a democracia dos trabalhadores.

Houve mudanças neste quadro no decorrer do tempo, mas foram mudanças essencial-

mente na forma e não no conteúdo desta relação. Em alguns momentos havia mais liberdade, em outros, mais fechamento, a depender da situação da luta de classes e do Regime Político que governava o país. Com as lutas no final da década de 70 e início dos 80 obtivemos avanços importantes. Prevaleceu nos setores mais avançados do sindicalismo a concepção de ação sindical baseada na independência de classe e na mobilização, na ação coletiva dos trabalhadores. Na luta conquistamos mais liberdade de ação ante o Estado (o que foi, em parte, consolidado pela Constituição de 88).

Com o chamado “novo sindicalismo” surgido no final dos anos 70 e início dos anos 80, toda uma geração de ativistas chegou à direção dos sindicatos prometendo mudanças profundas em sua estrutura e funcionamento, pois as



greves ocorridas naqueles anos haviam demonstrado de forma categórica as contradições e as limitações da forma de organização sindical existente no país. No entanto não houve mudança na essência da estrutura de organização sindical, e o processo político retrocedeu a partir da segunda metade da década de 80.

No momento do surgimento da CUT, início da década de 80, o país vivia os reflexos do enorme ascenso da luta de massas, com centro nas mobilizações organizadas em torno dos sindicatos, que vinha já desde o final da década de 70. Neste contexto de grande mobilização, e de grande participação da base nos sindicatos era bastante difundida no movimento que gerou a CUT, a ideia de que a estrutura sindical herdada do getulismo não era adequada ao projeto político e sindical que estávamos construindo, a ideia de que era preciso revolucionar aquela estrutura. Era uma das ideias chaves do que se convencionou chamar de “novo sindicalismo”.

O processo de mudanças primeiro paralisou-se e depois retrocedeu. A degeneração da CUT, que assistimos hoje, em grande medida é expressão de que os mecanismos de controle

do Estado sobre os sindicatos se impuseram por sobre a vontade transformadora dos milhares e milhares de ativistas que participaram daquele processo. Levaram à adaptação e à burocratização de quase toda uma geração de ativistas e militantes que chegaram aos sindicatos embalados pela luta contra o regime militar, e contra os cúmplices daquele regime e dos patrões na direção das entidades.

A ascensão de Lula ao governo federal em 2003, trouxe um agravamento deste problema, pois levou a um salto na perda de independência dos sindicatos em relação ao governo e ao Estado. Isso ocorre pelas relações de Lula e seu governo com as organizações sindicais mais importantes do país, que passaram a apoiar o governo, abandonando qualquer perspectiva de luta contra ele. Na verdade, o caminho seguido pela burocracia que dirige a CUT foi apenas o caminho natural, a partir das opções que já havia feito antes.

Estudaremos em outro momento a História do Movimento Operário e Sindical no Brasil. Aqui nosso objetivo é tão somente dar as bases para introduzir as características do Sindicalismo Classista.

Nossos desafios atuais

É preciso que enfrentarmos conscientemente as limitações inerentes à estrutura sindical e ao funcionamento das entidades para que as transformemos. Caso contrário vamos reproduzir a prática antidemocrática da burocracia na direção.

O primeiro passo, obviamente, é imprimir à entidade uma direção política que, além de dar conta das lutas cotidianas e específicas da categoria, dê conta também da dimensão política da luta sindical, do questionamento da exploração capitalista em sua globalidade e, neste sentido, da perspectiva transformadora e socialista que deve ter a atividade

sindical. Uma atuação sindical limitada aos horizontes do capitalismo, portanto reformista, não tem outro destino que não a colaboração de classes e a vinculação cada vez maior ao Estado.

Em segundo lugar, é preciso criar as condições para que haja efetivamente um funcionamento democrático da entidade. E é importante precisar, democracia aqui quer dizer controle e soberania da base nas decisões da entidade, quer dizer autodeterminação dos trabalhadores, e não apenas como divisão de poder entre as correntes presentes na diretoria. Vejamos então as características necessárias para uma atuação classista:





Os Princípios do Sindicalismo Classista

Independência de Classe

Aos sindicatos, mais que instrumentos de defesa dos níveis salariais, cabe, para que de fato possam cumprir seu papel de ferramenta de luta e defesa dos interesses da classe trabalhadora, a tarefa de converterem-se em organismos a serviço da transformação social. E isso, só é possível na medida em que suas estruturas estejam libertas de toda e qualquer interferência do Estado.

A nossa luta contra a exploração capitalista vai muito além das batalhas pontuais desenvolvidas no dia a dia.

Passa pela defesa da independência de classe, da democracia de base, de uma sociedade que ponha fim a toda e qualquer desigualdade social. E isso, como já vimos, não se alcançará pela via da conciliação de classes.

Preservar a independência política da classe e fazer do sindicato uma trincheira de luta dos trabalhadores contra todas as formas de exploração capitalista, contra todas as instituições que a burguesia usa para tal – em particular o Estado, os Governos, e as Organizações Empresariais, é uma tarefa das direções classista.

Cabe ressaltar que não há neutralidade possível ante as instituições estatais e governamentais da burguesia.



Neutralidade significa omissão, e omissão, no caso, só favorece o lado mais forte, o da burguesia. A independência em relação ao Estado só se realiza, efetivamente, na luta contra ele. O mesmo acontece em relação aos governos e instituições empresariais.

Que preserve a independência financeira e administrativa do sindicato frente ao Estado e aos patrões, que não dependa de recursos oriundos do Estado, de governos ou de empresários. O sindicato, para ser independente, deve depender apenas de financiamento oriundo dos trabalhadores, decidido democraticamente em suas instâncias.



para refletir:

Como o Sindicato têm aplicado a independência de classe ao longo da sua história?



Democracia de base

Democracia de Base significa entender e respeitar a importância da democracia operária (ou democracia de base), compreendida aqui como a forma de assegurar a soberania dos trabalhadores, sua autodeterminação, o controle por eles das decisões e encaminhamentos que são adotados em suas organizações e nas suas lutas.

Isto é fundamental, em primeiro lugar porque quando o poder de decisão se concentra na cúpula das organizações, estamos a meio caminho do desastre. É muito difícil uma direção, por comprometida que seja com a causa dos trabalhadores, resistir sozinha, por muito tempo, às enormes pressões no dia a dia da atividade sindical no sentido da burocratização e da adaptação política às regras do Capital.

Mas há outra razão pela qual a questão da democracia é fundamental. Lenin dizia que os sindicatos podem ser uma “escola para a revolução” e uma “escola de socialismo”, no sentido de que, em sua atividade cotidiana, nas mobilizações e greves, funcionasse como uma escola, que ajudasse os trabalhadores a aprender a planejar sua luta, administrar seus problemas, preparando-se para administrar a sociedade no futuro.

A vida nos sindicatos deveria funcionar com um ensaio do que seria a nossa vida numa sociedade socialista, governada pelos trabalhadores. Para isso o sindicato, além de independente da burguesia e de luta, precisa ser também democrático, observar e promover permanentemente a autodeterminação dos trabalhadores. A escola a que se refere Lênin é a escola coletiva, em que todos aprendem com todos, onde não há “professor”.

Por outro lado, é importante registrar que, principalmente nos períodos de refluxo e de diminuição das lutas, assegurar um funcionamento democrático para os sindicatos não é tarefa fácil. Há pressões que vêm da pouca disposição

dos trabalhadores em participar da vida sindical e dos fóruns da entidade. Para que a diretoria resolva tudo sozinha, dando “mais agilidade” às atividades sindicais.

Outra pressão virá da aparente contradição entre a posição avançada da direção da entidade, e as posições atrasadas de setores significativos, majoritários muitas vezes, da base do sindicato. Aqui há dois comportamentos que devem ser evitados: Seria um erro grave a diretoria decidir que suas posições em relação a determinado tema serão as posições do sindicato, sem fazer a discussão com a base. Constituiria uma usurpação da representação, portanto uma atitude antidemocrática, burocrática.

Mas seria também um erro da mesma magnitude, simplesmente deixar de fazer a discussão com os trabalhadores sobre os temas políticos mais gerais, rebaixando os posicionamentos da entidade àquilo que é a consciência média da categoria, no pressuposto de que “os trabalhadores não vão entender essa discussão”.

Além de subestimar a capacidade dos trabalhadores, é também antidemocrático, pois impõe uma posição atrasada à entidade sem que os setores mais avançados tenham a chance de tentar convencer a maioria. Leva também a luta da categoria a um beco sem saída, pois não há como lutar conseqüentemente pelas reivindicações concretas dos trabalhadores fora dos marcos da luta geral contra a exploração capitalista.

É importante registrar que, junto com um comportamento firme da direção - para defender suas opiniões junto à categoria, com clareza e franqueza - é preciso também comportamento respeitoso. É preciso ouvir o que os trabalhadores na base têm a dizer, conduzir a discussão em um ritmo que os trabalhadores na base, e não apenas os dirigentes liberados, possam acompanhar, etc. É preciso confiança nos



trabalhadores da base e disposição de construir com eles - e não para eles, ou à revelia deles - a luta do sindicato e as transformações que precisamos fazer no país.

Isto é democracia operária. É preciso ver como podemos aprimorar as formas e espaços

onde se dá a participação dos trabalhadores nos sindicatos atualmente. Pensar melhor na forma das assembleias, em congressos, reuniões por órgãos/local de trabalho, a utilização dos jornais e boletins das entidades para fazer fluir o debate etc, etc.



para refletir:

Quais outras formas de democracia de base, podemos exemplificar?

Mobilização e Luta em Primeiro Lugar

As organizações dos trabalhadores não são neutras nem apolíticas, mas são autônomas organizativamente frente aos partidos políticos.

Fazer esta discussão é necessário, não apenas para combater a herança do getulismo - do sindicato apolítico ou neutro - que ainda povoa a consciência de uma boa parte dos tra-

balhadores. Mas também porque o Estado, os governos, a burguesia e o sindicalismo reformista seguem permanentemente buscando difundir estas ideias no seio da nossa classe. Ou seja, é parte da luta contra a burocracia sindical.

Combater a Burocratização

A presença de desvios burocráticos na condução das entidades traz prejuízos aos trabalhadores, prejudicando o processo de organização e mobilização. Um funcionamento burocrático do sindicato conspira contra a participação dos trabalhadores da base nas decisões a serem tomadas em seu nome, dificulta a construção e existência de organização de base. E constitui-se em um entrave para as lutas.

Emprestando algumas palavras de

José Maria de Almeida, podemos dizer que “os problemas surgem quando esta burocracia se autonomiza em relação aos seus representados,

usurpa o poder que lhe foi concedido para de-

fender os trabalhadores e passa a usá-lo em defesa de seus próprios interesses”. Deste modo, a burocratização é a usurpação, o roubo ou a apropriação do poder que foi atribuído pela base para defender interesses alheios a ela.





A única razão que existe para um sindicato manter um corpo de funcionários e dirigentes sindicais à disposição, é para que eles cumpram o papel de auxiliar a categoria e a classe trabalhadora em suas lutas. Quanto aos funcionários, podem ajudar na retaguarda das atividades sindicais, no suporte do trabalho sindical, nos procedimentos administrativos e organizativos da entidade. Quanto aos diretores, podem também ajudar no trabalho cotidiano do sindicato, mas sem deixar de atuar prioritariamente na linha de frente das lutas e em seu local de trabalho.

Todas essas tarefas são úteis para o sindicato e estão à serviço dos(as) trabalhadores(as). A “porca torce o rabo” quando esse corpo de fun-

cionários ou de dirigentes sindicais começam a se separar da base, ganhar autonomia a ponto de ter uma vida independente e sem controle dos(as) trabalhadores(as), passando a defender seus próprios interesses e privilégios, deixando de cumprir um papel progressivo e passando a cumprir um papel regressivo para a classe trabalhadora. Com o processo de burocratização, o que era útil aos trabalhadores se transforma em seu contrário, num obstáculo, num empecilho e num estorvo para as lutas.

O processo de burocratização começa, portanto, quando esta casta de dirigentes e funcionários começam a parasitar as organizações da classe trabalhadora atrás de privilégios, sejam eles políticos, sejam eles materiais.



para refletir:

O conselho deliberativo tem sido um instrumento para aplicar a democracia de base?

Internacionalismo Proletário

A classe trabalhadora é explorada em todo o mundo e tem os mesmos objetivos: o fim da exploração e a opressão capitalista-imperialista. Devemos apoiar todas as lutas contra a exploração e a opressão em todos os países. Ter com estratégia reconstruir uma organização mundial dos trabalhadores.



para refletir:

Como o Sindicato tem aplicado o Internacionalismo Proletário?



Dedicação a formação teórica

A luta de classes também se desenvolve no campo da teoria. O sindicato deve ser o espaço para se discutir sobre qualquer tema, visando combater as ideologias dominantes. A formação

não pode ser entendida para os momentos de “tempo livre”, mas como uma atividade de militância cotidiana.

Defesa do Socialismo

Uma direção sindical, para ser consequente na defesa dos interesses dos trabalhadores que representa, precisa adotar uma perspectiva socialista para sua luta. Ao contrário do “senso comum” vigente, a luta por superar a sociedade capitalista, abolir a propriedade privada e construir uma nova sociedade, socialista, governada democraticamente pelos trabalhadores não é uma tarefa só dos partidos políticos que têm compromisso com a nossa classe. É tarefa de todas as organizações de trabalhadores, dos sindicatos inclusive.

A sociedade atual não é capaz de, sequer, manter os poucos direitos que temos atualmente. Por isso o sindicalismo reformista é, além de tudo, ineficaz quanto ao objetivo central de qualquer sindicato: lutar por melhores condições de vida e trabalho para a classe trabalhadora.

A independência de classe e a luta para defender os direitos e interesses dos trabalhadores, para ser levada às últimas consequências precisa questionar os alicerces da sociedade capitalista mesma. Não há como garantir a satisfação das reivindicações mais básicas dos



trabalhadores, de forma a assegurar vida digna às amplas maiorias, dentro do capitalismo, sem acabar com a propriedade privada.

A construção da sociedade socialista, por outro lado, pressupõe a construção de uma sociedade governada efetivamente pelos trabalhadores, através de suas organizações de massa. É fundamental, desde já estimular a auto-organização e a autodeterminação dos trabalhadores. Os sindicatos podem e devem ser um espaço fundamental de aprendizado neste sentido.





A ORGANIZAÇÃO DE BASE

As entidades combativas têm buscado desenvolver formas de organização que fortaleçam a construção dos sindicatos pelas bases de suas categorias. Os sindicatos têm uma trava, herdada devido à estrutura da Era Vargas, agravada agora pela política de cooptação das direções das entidades sindicais, implantada pelo governo. Essa política tem contribuído para mergulhar as direções dos sindicatos num processo de burocratização, distanciando-as dos interesses das bases.

A Organização por Local de Trabalho (OLT) é condição fundamental para uma entidade sindical, que quer se manter na trincheira da mobilização e da luta da classe trabalhadora. Sem organização de base as ações se tornarão temporárias e descontinuadas.

A OLT permitirá formar mais dirigentes a partir da luta dentro dos locais de trabalho, possibilitando a renovação contínua dos fóruns de direção da entidade. O desenvolvimento da

OLT é a garantia de que os conflitos do cotidiano serão combatidos de imediato, uma vez que a exploração ocorre diariamente no local de trabalho. Para sermos um sindicato de luta, combativo e democrático é preciso desenvolver a OLT com o objetivo de avançar tanto nas lutas imediatas por reivindicações específicas, como também nas lutas históricas da categoria. Acreditamos que a OLT contribuirá para a mudança dessa estrutura sindical, que insiste em não organizar as suas bases e em não responder às demandas e anseios da categoria que representa.

O objetivo de organização de base é coordenar a resistência contra a exploração capitalista e disputar o controle do local de trabalho. A forma vai variar em cada local. Inicialmente, pode ser um grupo clandestino, pode ser a ação através das associações ou dos delegados sindicais, ou pode ser também, aquela que ao nosso juízo seria a melhor das formas, a própria Comissão Local.

O que é uma organização de base ou organização por local de trabalho

Uma organização de base é um pequeno grupo de trabalhadores, de preferência do mesmo local de trabalho ou setor, da mesma área ou região, que se reúne periodicamente, debate os problemas da classe trabalhadora, organiza os colegas e acima de tudo se preocupa com a vida e a luta dos trabalhadores.

A Organização de Base é uma forma dos trabalhadores adquirirem controle sobre as condições de trabalho, se organizarem e lutarem por suas reivindicações em grupos constituídos a partir de uma representação que reflita a realidade local e suas demandas específicas.

A utilização de diversos mecanismos de



pressão por cumprimento de demandas exaustivas, tem também distanciando os trabalhadores

da coletividade, entre eles, a) intensificação do ritmo de trabalho; b) flexibilização de direitos históricos dos trabalhadores; c) extensão das jornadas de trabalho quando deveríamos estar vivendo o seu oposto, isto é a redução das jornadas de trabalho; d) terceirização de diversos setores produtivos e de serviços e) teletrabalho ou trabalho remoto, que distancia os trabalhadores do seu local; etc.

Ao longo da história brasileira, tivemos diversas formas de organizações por local de trabalho. Desde a primeira organização de base que se tem notícia, a dos delegados sindicais da União dos Trabalhadores Gráficos, em 1906, passando por diversas outras formas, a maioria

de curta duração, sem muitos registros históricos, mas de inegável presença no movimento dos trabalhadores.

A curta vida das comissões locais tem a ver com diversos fatores. Entre eles, podemos destacar: a) correlação de forças entre os governos/chefias e os trabalhadores, b) uma legislação que favorece verticalidade das organizações sindicais e nega a organização de base, c) o boicote que as direções sindicais reformistas, ou diretamente governistas exerceram para acabar com as organizações por local de trabalho e, c) por último, e não menos importante pelo processo de acomodação por parte das direções sindicais combativas.





para debates em grupos:

No planejamento estratégico do Sindicato (Planejamento da gestão ou do período) foi considerado os princípios do sindicalismo classista para a definição das atividades?

Dê exemplos de como esses princípios aparecem no planejamento.

Como aplicar no cotidiano da atividade sindical:

- *A democracia de base:*

- *A Autonomia frente aos partidos políticos:*

- *A mobilização e luta em primeiro lugar:*

- *O combate a burocratização:*



HISTÓRIA DO MOVIMENTO SINDICAL NO BRASIL





HISTÓRIA DO MOVIMENTO SINDICAL NO BRASIL

A opção por fazer um curso sobre história do movimento operário, promovido pelo Sindicato, muitas vezes está sustentada exclusivamente por um desejo bastante positivo de conhecer um pouco do passado e da luta de nossa classe. No entanto, o que pretendemos com este curso vai um pouco além. É evidente que aqui se encontra presente a ideia do conhecimento do passado. Porém, para um sindicato ou para qualquer tipo de entidade de classe, dos trabalhadores, o conhecimento é sempre cúmplice da ação. De uma ação que parte da reflexão sobre as experiências passadas, interferindo no presente, e que busca a construção de uma sociedade mais justa, num futuro, que esperamos, esteja próximo.

É neste marco que gostaríamos de introduzir o debate sobre a história e o papel dos sindicatos brasileiros durante o século XX: entendendo-os como instrumentos de transformação social, apesar de nem sempre terem sido utilizados para este fim. Localizando-os como fruto das relações capitalistas e, conseqüentemente, buscando perceber as diversas forças que, no decorrer do século XX, atuaram e continuam atuando sobre nossas entidades na busca por descaracterizá-las como instrumentos de luta contra a exploração capitalista.

Além disso, acreditamos que entender as alterações pelas quais passaram nossos sindicatos neste século é tarefa impossível se não vista a partir de um contexto mais amplo. Cabe, portanto, afirmarmos que, por mais que o processo de atrelamento dos sindicatos brasileiros

ao Estado esteja também relacionado às particularidades do desenvolvimento do capitalismo em nosso país, este é um fenômeno que ocorre, ao longo do século XX, no conjunto do globo. Um fenômeno relacionado à constante tentativa por parte da patronal em derrotar a organização dos trabalhadores, impondo limites ao seu funcionamento, transformando nossas entidades em parte integrante e subordinada às estruturas do Estado burguês.

Essa situação, com exceção do período de liberdade e autonomia sindical que marca as três primeiras décadas do século XX, e um breve período aberto pelas greves de 1978/1979, é bastante clara no Brasil. A ideia criada pelo governo Vargas, por exemplo, e incorporada por amplos setores do movimento sindical de Getúlio como “pai dos pobres”, explicita uma concepção que aponta o Estado como árbitro das relações entre trabalho e capital, escondendo sua essência de instrumento da classe dominante para controlar e oprimir os trabalhadores. Exemplos parecidos podem ser encontrados no governo Juscelino Kubitschek, João Goulart e, dentre outros, no atual governo, de Lula.

É, portanto, a partir desta ótica, que analisaremos as diferentes formas de atuação sindical e as estruturas sindicais existentes, no Brasil, no decorrer do século XX. Para efeito de melhor compreensão, a história do movimento sindical brasileiro, neste texto, foi considerada a partir de pelo menos **quatro momentos fundamentais**, que levam em consideração o norte político predominante de atuação em cada um deles.

- **Anarco-sindicalismo (estrutura autônoma) - 1900/1930.**
- **Sindicalismo baseado na colaboração de classes (1930/déc. 70).**
- **Novo Sindicalismo - Nascido nas greves de 78/79.**
- **Sindicalismo propositivo ou cidadão - predominante na década de 90.**
- **Sindicalismo na Frente Popular**

Apesar das diferentes formas de atuação predominantes em cada fase, ao longo do século XX, encontraremos apenas dois “modelos” de estrutura sindical. O primeiro, dominante até os anos 30, tinha por base a mais ampla liberdade e autonomia sindical. Os sindicatos funcionavam a partir de regras próprias, construídas, com plena autonomia, por seus integrantes. Já a segunda forma de estrutura sindical, nascida durante o primeiro governo de Getúlio Vargas e que em essência permanece intocada até hoje, baseia-se no forte atrelamento dos organismos dos trabalhadores à estrutura do Estado burguês.

O que veremos a seguir é de que maneira as diferentes formas de ação sindical se entrelaçam com as estruturas existentes, afirmando-as e, em alguns momentos, como ocorre com clareza no caso do sindicalismo de luta nascido no final dos anos 70, negando-as. Essa relação contraditória entre organização sindical e atrelamento às estruturas do Estado burguês apontam para mais uma questão que pretendemos que seja objeto de nosso curso: em que medida o grau de subordinação e compromisso

dos sindicatos ao Estado determinam e acentuam uma ação sindical que se distancia da prática da luta direta, da existência de democracia no interior de nossas entidades e da política de independência em relação aos patrões.

Por fim, outro objetivo do curso é o de resgatar parte das inúmeras e heróicas lutas da classe trabalhadora brasileira. Uma história recheada de mobilizações e enfrentamentos contra a exploração capitalista, que vai contra uma espécie de senso comum no qual somos tidos como acomodados e sem disposição de luta. No texto que segue, abordaremos uma pequena parte dessa história.

Em forma de desafio, conforme mencionado no início desta introdução, esperamos fazer com que os debates suscitados pelo curso sirvam para que possamos viabilizar maneiras de construir a luta pela liberdade e autonomia sindical, antiga bandeira do movimento combativo e para que possamos converter nossas entidades, cada vez mais, em instrumentos de luta contra a exploração capitalista e por uma sociedade fundada na igualdade social.

FASE I (1900 - 1930)

I. O início do século XX e a liberdade e autonomia sindical

A história da organização operária brasileira do início do século XX está diretamente relacionada à presença dos imigrantes europeus em nosso país. A primeira leva deles chega ao Brasil no final do século 19 embalada pelo sonho de “fazer a vida”. São espanhóis, italianos, alemães e portugueses entre outros, que vão parar, num primeiro momento, nas fazendas paulistas de café em substituição a força de trabalho escrava, numa época em que a economia brasileira era baseada, predominantemente, no modelo agrário-exportador.

Extremamente explorados por fazendeiros acostumados a todo tipo de desrespeito

na relação com os escravos, parte dos imigrantes, pouco a pouco, vai abandonando o trabalho agrícola e se deslocando para a cidade.

Na bagagem, vinda do continente europeu, além de objetos pessoais, traziam experiência de vida, recordações, idéias socialistas e anarquistas. Predominante entre os imigrantes, o ideal anarquista aos poucos vai contaminado a jovem classe operária brasileira.

É refletindo essa situação que surgem as primeiras organizações sindicais operárias no Brasil.

A Lei que extingue o trabalho escravo no Brasil data de 1888.



Uma delas, a COB (Confederação Operária Brasileira), nascida do I Congresso Operário Brasileiro, realizado em 1906, no Rio de Janeiro, manteve em circulação um jornal, A Voz do Trabalhador, entre os anos de 1908 a 1915. Aliás, concebidos como instrumento de organização da classe operária, são diversos os jornais anarquistas e socialistas existentes na época (Avanti; O Protesto; Novo Rumo; O Livre Pensador; A Terra Livre etc.).

Atenta à movimentação daqueles novos habitantes, as autoridades governamentais não tardaram a agir. Segundo Christina Lopreato, “o primeiro registro policial sobre a atuação dos libertários em solo paulista [...] data de 1893, quando foram presas vinte pessoas rotuladas de anarquistas e outras dez, identificadas como anarquistas e socialistas” (1997:10). Em 1907 e 1913

O início da I Guerra Mundial contribuiu para agravar a situação de penúria da classe trabalhadora brasileira. O aumento do desemprego e da miséria serviu de mola propulsora de mais e mais lutas.

Dentre as mobilizações desse período podemos destacar a Greve Geral de 1917, que teve como impulso a carestia, defasagem salarial e, inclusive, a revolta contra a adulteração de produtos alimentícios de primeira necessidade, como no caso do leite, ao qual era adicionado água e polvilho (Lopreato, 1997:17).

Mas as reivindicações não paravam por aí. Fazia parte da pauta a defesa da regulamentação do trabalho infantil e feminino, jornada de 8 horas diárias, melhores condições de vida e trabalho. Ou seja, lutas que vinham se desenvolvendo também em outros países e faziam parte das resoluções da I Internacional.

Sendo assim, nas palavras de um importante dirigente anarquista, Edgard Leuenroth, o sindicato era entendido como “um organismo de resistência e de luta dos interesses profissionais e econômicos do trabalhador, organizado, orientado e mantido pelos trabalhadores, sem interferência de quem quer que seja” (Lopreato, 1997:12).

são aprovadas as primeiras leis no Congresso que visavam a deportação de estrangeiros considerados, na linguagem oficial, “indesejáveis”.

Nos anos seguintes, a repressão não cessou. Ao contrário, intensificou-se. O objetivo era o de destruir a forma de organização do movimento que recém germinara e se espalhava dia-a-dia para outros estados brasileiros. Uma organização baseada na plena liberdade e autonomia sindical e que, para desespero da classe dominante, defendia a destruição do Estado burguês, a construção de uma sociedade auto-gestionária e nenhuma confiança no parlamento. Como principal instrumento de mobilização os anarquistas cultivavam a luta direta, cujo objetivo maior era a organização da greve generalizada. Não foram poucas as greves que ocorreram nos primeiros 30 anos do século XX.

I Guerra Mundial (1914-1919) - Apesar da ação militar acontecer concentrada basicamente no continente europeu, este conflito se diferencia dos ocorridos anteriormente por envolver todas as grandes potências e ter como objetivo, por parte dos países diretamente envolvidos, a disputa pela hegemonia política, econômica e militar do globo. No Brasil, um dos efeitos imediatos da Guerra foi sentido com a queda das exportações do café o que gerou mais desemprego e miséria entre os trabalhadores.

Contrários à organização dos trabalhadores em partidos políticos, os anarquistas se viram cada vez mais isolados na medida em que chegavam ao Brasil as notícias do tomada do poder na Rússia pelo Partido Bolchevique. No entanto, apesar da aberta oposição, a idéia vai ganhando força a partir da Revolução Russa de 1917. O próprio movimento anarquista se divide frente ao assunto. Parte de seus integrantes começa a aderir ao leninismo e a ajudam a fundar, em 1922, o Partido Comunista do Brasil. Dois anos depois o partido obtém o reconhecimento de “seção brasileira da Internacional Comunista”, a III Internacional.



Reflexos na legislação sobre organização sindical no período 1900 - 1930

(pouca regulamentação):

1903	<p>Primeira lei sobre organização sindical. Vinculada aos interesses patronais rurais, previa o direito de "profissionais da agricultura e indústrias rurais de qualquer gênero organizarem entre si sindicatos para estudo, custeio e defesa de suas terras".</p>
1907	<p>Artigo 1° - "É facultado aos profissionais organizarem entre si sindicatos, tendo por fim o estudo, a defesa dos interesses gerais da profissão e dos interesses profissionais de seus membros.</p> <p>Artigo 2° - os sindicatos profissionais constituem-se livremente, sem autorização do governo, bastando para obterem os favores da lei depositar no cartório três cópias dos estatutos. Incentivos</p> <p>Artigo 3° - Os sindicatos que se constituírem com espírito de harmonia entre patrões e operários, como sejam os ligados por conselhos permanente de conciliação e arbitragem, destinados a dirimir divergências e contestações entre o capital e o trabalho, serão considerados como os representantes legais da classe integral dos homens do trabalho, e como tais poderão ser consultados em todos os assuntos da profissão"</p>

1917

No Brasil - Antes da greve geral de 1917 (nos dias 12, 13 e 14 de julho), ao menos duas importantes ondas grevistas ocorreram na cidade de São Paulo (1907 e 1912). Naquele ano, após a morte de um trabalhador em enfrentamento com a polícia o movimento se alastrou ainda mais. Os três anos seguintes, de 1918 a 1920, foram marcados por uma intensa atividade grevista.

No mundo - Operários e camponeses, dirigidos pelo Partido Bolchevique, chegam ao poder na Rússia. Esse fato terá reflexo mundial, não somente do ponto de vista ideológico, mas na conquista de medidas de proteção aos direitos dos trabalhadores em diversos países capitalistas.

Aos poucos o peso do anarquismo no movimento operário brasileiro vai diminuindo. Em que pese a tremenda repressão desencadeada contra o movimento desde o início do século, o declínio do sindicalismo de feição anarquista também está relacionado aos limites da ação política levada a cabo por essa corrente. Sua concepção de ação sindical baseada quase que exclusivamente nas reivindicações imediatas da classe trabalhadora, cujo objetivo era o

da construção de uma intensa e generalizada greve que levaria ao colapso do sistema capitalista, na verdade, acabou cumprindo um papel limitador tanto da organização como da luta política - fator fundamental na disputa entre as classes.

A partir de 1930, com a intensificação de medidas governamentais que visavam destruir a liberdade autonomia sindical, o movimento anarquista brasileiro sofre o seu golpe definitivo.



FASE II (1930 - 1964)

II. Atrelamento ao Estado e colaboração de classes

Em 1929 o mundo se vê estremecido pela crise da bolsa de valores de Nova Iorque. No Brasil, como reflexo da crise, entra em colapso o modelo agrário-exportador. A venda do café cai drasticamente no mercado mundial. As exportações encalham.

Imediatamente os trabalhadores brasileiros sentem, mais uma vez, os efeitos da crise: desemprego, salários achatados, miséria. Como resposta mais e mais greves, comícios, marchas, particularmente, em São Paulo e Rio de Janeiro. Uma das manifestações, que ocorre no Rio de Janeiro em 1930, fica conhecida como **Marcha contra a fome**. A resposta do governo é imediata: muita repressão.

Ainda neste ano eclode um outro movimento que se encontrava em gestação desde meados da década de 20, que ficou conhecido como Revolução de 1930 e culmina com a deposição de Washington Luiz e a posse de Getúlio Vargas. Chega ao fim a Primeira República (1889-1930).

Para a classe dominante, se por um lado começa a se fortalecer a idéia, encarnada por Getúlio Vargas, de que a saída para a crise passa por incentivar a industrialização do país, por outro também se consolida a de que é chegada a hora de tentar dar um basta definitivo aos an-

Fordismo / taylorismo - Doutrinas desenvolvidas por Henry Ford (1863-1947) e F.W. Taylor (1856-1915) e impulsionadoras da fabricação em larga escala de bens padronizados (como, por exemplo, os automóveis), que tinha por base, dentre outros mecanismos, o uso de máquinas especializadas e trabalhadores semi-qualificados, a não comunicação entre trabalhadores, criação da gerência "científica", separação sistemática entre concepção e execução das tarefas e a criação das linhas de montagem, com controle absoluto do ritmo do trabalho.

Coluna Prestes:

Em 1924 nasce a "Coluna Gaúcha", formada por 300 soldados liderados por Luís Carlos Prestes, a partir de um movimento na cidade de Santo Ângelo/RS. Em 1925, a coluna soma-se a uma outra, Paulista, comandada por Miguel Costa. Unidas, cortam 13 estados brasileiros percorrendo uma distância de 25 mil quilômetros e encerrando seu percurso em 1927, na Bolívia. O programa da Coluna, dentre outros temas, exigia o fim de "impostos exorbitantes", denunciava a "desonestidade administrativa" governamental e o mecanismo de controle, exercido pela classe dominante, por meio do "voto a descoberto" (Konder, 2003:53).

arquistas e socialistas e à constante movimentação reivindicatória dos trabalhadores, cuja direção era considerada parte da "ameaça vermelha" que rondava o mundo capitalista a partir da Revolução Russa de 1917. Além disso, toda aquela organização e mobilização constante, na prática, constituía-se num empecilho aos projetos de industrialização nacional baseados no **taylorismo/fordismo**.

É, portanto, com o objetivo de desmantelar a estrutura sindical livre e autônoma vigente e, sobretudo, as lutas por ela encaminhadas, que, a partir de 1931, são criadas leis que ao mesmo tempo em que garantem velhas reivindicações dos trabalhadores (ver quadro sobre legislação, ano de 1932), estabelecem uma maior submissão do trabalho ao capital. Na verdade, a classe dominante, representada por Getúlio, estabelece o jogo no qual era preciso entregar os anéis para não perder os dedos. Se por um lado contemplava na lei antigas reivindicações do movimento, buscando contê-lo, por outro, dava início ao processo que culmina com a criação do imposto sindical em 1937 e com a CLT em 1943, retirando, gradativamente, das entidades sindicais dos trabalhadores a liberdade e autonomia frente ao Estado e, não menos impor-



tante, seu perfil de instrumento de organização da luta. Fortalece-se, portanto, o sindicalismo amarelo (sindicalismo pelego, com dirigentes ligados ao governo e patrões) e os sindicatos passam a ser considerados parte da estrutura do Estado.

Num primeiro momento a resposta da classe trabalhadora é de resistência. Somente 25% dos sindicatos do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul aceitam as regras de atrelamento. Os sindicatos, agora dirigidos por anarquistas, comunistas (ligados ao PCB) e **trotskistas**, tentam continuar funcionando à margem do atrelamento. No entanto, em 1934, o movimento sindical autônomo sente mais um duro golpe: Vargas determina que só se beneficiarão dos direitos trabalhistas previstos na lei os trabalhadores filiados aos sindicatos oficiais.

No ano seguinte, lançando mão da Lei de Segurança Nacional (LSN), Getúlio Vargas intensifica ainda mais a repressão ao movimento. A LSN, promulgada em 4 de abril de 1935, definia crimes contra a ordem política e social. Sua principal finalidade era transferir para uma legislação especial os crimes considerados contra a segurança do Estado, submetendo-os a um regime mais rigoroso, com o abandono das garantias processuais.

Apoiado na LSN, o governo fecha os sindicatos autônomos e prende suas lideranças. A repressão aumenta ainda mais no segundo semestre daquele ano com a tentativa frustrada de insurreição, impulsionada pelo PCB, por meio de uma ação apoiada em setores das Forças Armadas e completamente desvinculada da mobilização da classe trabalhadora, que ficou conhecida como **Intentona Comunista**. Dois anos depois, como desfecho de toda a repressão imposta aos seus opositores, Getúlio dá um golpe e institui um governo ditatorial cujo período ficou conhecido como o do Estado Novo (1937-1945).

Inaugura-se na década de 30, conseqüentemente, um novo momento do movimen-

Trotskistas - O termo vem do nome do dirigente da Revolução Russa de 1917, Leon Trotsky. Defensor do internacionalismo, após a morte de Lênin, Trotsky se firma como principal opositor da política que vem sendo implementada na URSS por Joseph Stálin. Crítico incansável dos rumos que a burocracia dirigida por Stálin dava ao país e às conquistas da Revolução, Trotsky foi expulso da União Soviética e, assim como muitos de seus seguidores, perseguido e assassinado. No Brasil, Mário Pedrosa (1900-1981) é responsável pelas primeiras discussões sobre o trotskismo e crítica à prática de conciliação de classes desenvolvida pelos PC's aqui e no mundo.

to sindical brasileiro no qual **passa a predominar**, mesmo que com variações ocasionadas pela pressão das mobilizações (como as que ocorrem no final dos anos 50 e início dos 60), **um tipo de sindicalismo apoiado na colaboração de classes**. Os sindicatos se convertem em órgãos de sustentação das regras do jogo da ordem capitalista. A ideologia governamental é a da “paz social” e, para “garanti-la”, uma política de repressão e atrelamento mediada por reconhecimento legal de antigas reivindicações da classe trabalhadora brasileira.

Podemos falar então que a estrutura sindical consolidada em 1943, com a criação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), construída ao longo dos 13 anos que a antecedem, é extremamente verticalizada. Ou seja, em seu topo órgãos confederativos, seguidos pelas federações e sindicatos de base, organizados por categorias profissionais. As centrais sindicais, organizações horizontais que possibilitam a junção de diversas categorias profissionais num mesmo órgão sindical, não são permitidas.

Mas essa não é a única forma de atrelamento. Na lei passa a constar também definições quanto às funções do sindicato: normas para o seu funcionamento (estatuto); fiscalização do uso das finanças (controle das formas de arrecadação e da utilização dos recursos); necessidade de solicitação de autorização, junto ao Ministério do Trabalho, para funcionamento, assim como a unicidade sindical.



Reflexos na Legislação trabalhista e sindical entre 1930 - 1943:

1931	Criação Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Decreto 19.770 - Unicidade, direito de intervenção em diretorias, assembléias e finanças dos sindicatos. Estatutos deveriam ser registrados e aprovados pelo Ministério do Trabalho.
1932	Greve dos Sapateiros e Ferroviários. Mais categorias aderem. Conquista da Lei de férias, jornada de 8 horas (48h/s), lei do salário mínimo, regulamentação trabalho de mulheres e menores de 14 anos.
1934	Decreto prevê que só trabalhadores filiados aos Sindicatos oficiais têm direito à legislação trabalhista.
1935	Lei de Segurança Nacional / Estado de Sítio.
1937	Golpe de Getúlio - Estado Novo.
1939/ 1941	Lei do Enquadramento e Lei do Imposto Sindical Enquadramento - regulamentação das Confederações / Federações e Sindicatos Imposto Sindical - financiamento da estrutura sindical: 5% Confederações 15% Federações 20% Ministério do Trabalho 60% Sindicatos Instituição do assistencialismo Lei do salário Mínimo (1940) / Criação da Justiça do Trabalho (1941)
1943	CLT - união das leis e decretos desde 1930.

Outra importante forma de controle é a instituição do imposto sindical. Com o imposto, acentuam-se as características assistencialistas dos sindicatos, que passam, neste momento, a fornecer atendimento médico, odontológico, advocatício etc.

Ao mesmo tempo em que cria regras de controle para movimento, o governo Vargas investe na indústria de base, criando as condições para a produção, a partir de meados dos anos 50, dos bens de consumo duráveis, dentre os quais, o automóvel. Aproveita para fazer propaganda da “paz e harmonia social entre as classes”, tentando converter as conquistas do movimento em concessões governamentais. Tais medidas, evidentemente, geraram um certo refluxo do movimento.

Outro empecilho para a luta da classe trabalhadora diz respeito à direção do movimento, que sofre muita influência da política do PCB. O partido cresce e mantém, no período, uma política oscilante e sustentada na conciliação de classes. Em 1943, ainda durante o Estado Novo e após sofrer duros golpes da ditadura como a prisão de Prestes e a deportação de Olga Benário para a Alemanha nazista, o PCB endossa e convoca trabalhadores a apoiar o movimento que de-

fendia uma nova constituinte com Getúlio e, em nome de uma suposta “**unidade nacional**” com setores da classe dominante, tenta desestimular as greves.

Com o enfraquecimento da ditadura getulista e a expressão política que a URSS havia assumido no cenário mundial, a popularidade do Partido Comunista cresce bastante. Prestes, nas eleições de dezembro de 1945 é eleito senador. O PCB elege ainda uma expressiva banca-

da de deputados estaduais e federais e chega a contar com 200 mil filiados.

A idéia de “unidade nacional” defendida pelos PC's parte da concepção de que as burguesias nacionais teriam um papel revolucionário no desenvolvimento das economias de países considerados atrasados. Coerente com essa posição, o PCB defendia que esse setor da classe dominante deveria ser tratado como aliado da classe trabalhadora e não como inimigo. Tal visão serviu de entrave não somente para o avanço do socialismo no Brasil e no mundo, assim como para a atuação sindical cotidiana. Não foram poucas as vezes nas quais o PCB conteve as mobilizações em nome de sua política de unidade com a burguesia nacional.

Em abril do mesmo ano (1945), é fundado o MUT (Movimento Unificado dos Trabalhadores). No entanto, segundo Gianotti, apesar de constar do seu programa pontos como a defesa da “1) soberania das assembleias, ou seja, eliminação do representante obrigatório do Ministério do Trabalho; 2) eleição e posse dos eleitos sem depender da aprovação do Ministério; 3) autonomia administrativa (...); 4) eliminação da padronização dos estatutos dos sindicatos”, a organização, em nenhum momento, questiona os principais pontos da estrutura sindical criada pelo governo, não defendendo, por exemplo a ruptura com o Estado (1993: 28).

Em setembro do ano seguinte, 1946, é rearticulada a CGTB (Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil). Apesar de desafiar o previsto na legislação, que impedia a existência de centrais sindicais, na prática, a CGTB também não rompe com o atrelamento imposto, mantendo-se no campo da conciliação entre as classes, defendida pelo PCB, e cedendo às imposições do governo. Naquele ano, tal posi-

cionamento político se encontra expresso no programa das candidaturas comunistas, no qual consta a solicitação de que seja concedida “a ajuda decisiva do governo à organização sindical do proletariado... que unifique nacionalmente suas forças em uma confederação geral” (Gianotti, 1993:30).

Porém, a lua de mel com a burguesia e governo dura pouco. A II Guerra acabara e a idéia de guerra fria ganha força e se estende por todo o continente latino-americano. Em 1947, durante o governo Dutra (1946/1951), Armando Mazzo, eleito prefeito pelo PCB na cidade de Santo André (ABC Paulista) é impedido de tomar posse. No mesmo ano o partido é alvo de muita repressão e posto na ilegalidade mais uma vez. Em janeiro de 1948, os mandatos de seus parlamentares são cassados. A linha política do partido então muda: passam a propor greves.

Vale ressaltar que, apesar das oscilações da direção, as greves não deixavam de ocorrer, variando apenas em intensidade. É o caso da greve nacional dos bancários em 1946, que conquista o piso salarial para a categoria; da greve dos ferroviários de Minas Gerais e Rio de

Guerra Fria

Os governantes dos países capitalistas, tendo à sua frente os EUA, desenvolveram uma intensa campanha ideológica que tem seu auge nas décadas de 50 e 60, segundo a qual o mundo estaria dividido em dois grandes blocos: o capitalista e o comunista. Essa maneira de perceber a realidade, além de camuflar a verdadeira divisão do mundo, em classes sociais antagônicas, esteve à serviço da defesa dos interesses capitalistas, incentivando a perseguição de opositores e servindo de justificativa, inclusive, para intervenções militares norte-americanas em países que, segundo eles, estivessem sob a ameaça de revoluções.



O ABC Paulista

Outro processo desencadeado na segunda metade dos anos 50, com a constituição de um parque industrial na região do ABC Paulista, é o da ocorrência de um segundo fluxo de formação da classe operária brasileira, desta vez não com imigrantes europeus, mas, basicamente, com migrantes nordestinos.

A configuração do país aos poucos se altera. A população urbana e a classe operária crescem junto com o processo de industrialização. Confira abaixo a alteração do peso entre população rural e urbana no Brasil:

O ideário norte-americano de modernidade se faz presente em toda a América Latina por meio do que ficou conhecido como “Política de Boa Vizinhança”. Para os Estados Unidos o continente tem valor estratégico não só como fornecedor de matéria-prima, mas também como mercado consumidor de seus produtos.

Os anos 60 e o golpe militar

Ao final dos anos 50 e início dos 60, o clima de instabilidade é geral, a começar pelo cenário internacional. O fantasma da “ameaça comunista”, criado pelo imperialismo norte-americano para justificar sua política de repressão constante aos movimentos sociais, está presente por todos os lados e, evidentemente, o receio da burguesia não é completamente sem sentido.

Em 1959, Fidel Castro e Che Guevara levam à frente a revolução cubana. O impacto na América Latina é enorme. Para amplos setores do movimento e da intelectualidade fica clara a possibilidade, concretizada naquela revolução, de implantação de um modelo econômico alternativo ao adotado até então na maioria dos países do continente latino-americano. Além disso, o modelo de desenvolvimento baseado na crescente internacionalização e dependên-

Ano	Pop. Rural (%)	Pop. Urbana (%)
1940	68.8	31.2
1950	63.84	36.16
1960	55.33	44.67
1970	44.08	55.92
1980	32.41	67.59
1991	24.41	75.59
2000	18.75	81.25

Fonte: IBGE, Pnad 2000.

cia das economias dos países de terceiro mundo em relação aos países imperialistas já começa a gerar insatisfações. Ganha força a idéia da necessidade de uma forma de desenvolvimento alternativa, que fosse contra a crescente relação de dependência (econômica, política e cultural) com a América do Norte.

É como parte desse processo que no Brasil as lutas se intensificam e, em convergência com a política de conciliação do PCB, são incorporadas à pauta do movimento reivindicações de caráter reformista-nacionalista: reformas de base (agrária, urbana, eleitoral etc.), medidas de proteção do país frente à entrada descontrolada do capital estrangeiro, ampliação do papel do Estado na economia etc. De fundo, permanece, por parte do PCB, a visão de unidade com a burguesia nacional e uma política de não deixar que as lutas dos trabalhadores avancem no sentido de questionar o poder institucionalizado, conforme expresso na fala de Rolando Fratti, dirigente do partido na região do ABC, sobre as manifestações contra a carestia:

Os movimentos contra a carestia, citados por Fratti, são expressão também da crescente crise econômica. A arrecadação do governo é deficitária. A inflação cresce ano a ano (50% em 1962; 75% em 1963; com estimativa de 140% para 1964). Em contrapartida, as greves também aumentam (de 154, em 1962, para 302 em 1963).

Em meio à efervescência política, do final dos anos 50 para o início dos 60, vários organismos de ação sindical haviam surgido: o CPOS, o PUA, o PAC, o Fórum

Sindical de Debates de Santos (SP). Nasce também, em 1962, dirigido por lideranças do PCB e trabalhistas que apoiavam o governo de João Goulart (1961-1964), o CGG - Comando Geral de Greves, que um mês depois se converteria em CGT - Comando Geral dos Trabalhadores.

Na área rural o clima também é tenso: péssimas condições de trabalho, enfrentamento armado entre trabalhadores e latifundiários, assassinato de lideranças rurais. Nenhuma das conquistas dos trabalhadores urbanos haviam sido estendidas aos do campo. Os acordos entre os setores burgueses industrial e agrário haviam mantido intacta a estrutura social no campo, assentada no grande latifúndio e na mais completa ausência de direitos para os trabalhadores.

A luta pela reforma agrária está, portanto, na ordem do dia, assim como a defesa da extensão dos direitos dos trabalhadores da cidade para os da área rural. Duas organizações expressam essa luta: as Ligas Camponesas (que já vinha atuando desde a década de 50) e a CONTAG - Confederação dos Trabalhadores da Agricultura, fundada em dezembro de 1963, sob a direção do PCB e setores de esquerda da igreja católica (Toledo, 1993:73-79).

“Tivemos uma grande luta contra a carestia em 1962, foi uma proposta do PCB e teve êxito. Depois o PCB se assustou com esse troço e não repetiu, porque era para fazer anualmente. Em São Bernardo e Santo André houve passeata, comício, o diabo. Mas o que aconteceu? Na Zona Norte do Rio de Janeiro, o povinho já vinha com tanto ódio, que invadiu casas comerciais e liquidou alguns comerciantes, os mais odiados, os mais careiros, foi uma verdadeira insurreição que houve em toda a Baixada. Houve tentativas em Recife e em outros lugares, mas a direção se assustou com essa brincadeira e cancelou a comemoração desse dia. Você vê uma palavra de ordem justa ao que leva?” (Oliva, 1987, p.100).

Mas não é só a classe trabalhadora que cresce e se organiza. Uma poderosa classe média, beneficiada pela política de industrialização em andamento no país, baseada na produção de bens de consumo duráveis, também se mobiliza e participa atentamente do debate político sobre os rumos do país. Um exemplo do engajamento político, conservador, de setores da classe média é a Marcha da Família com Deus, pela Liberdade, que ocorre em São Paulo cerca de duas semanas antes do golpe. A Marcha é uma resposta ao Ato da Central do Brasil /RJ, ocorrido em 13/03/1964, no qual a tônica dos discursos apontava para a defesa das reformas de base e de uma política de viés nacionalista.

O número de mobilizações cresce a cada dia exercendo uma pressão constante sobre o governo. O golpe é, portanto, a saída encontrada por um setor da burguesia nacional, apoiado nas Forças Armadas, e com adesão de boa parte da classe média, para, mais uma vez, dar um basta à constante luta dos trabalhadores.

A resistência à ação dos militares em 1964 é praticamente nula, apesar das inúmeras mobilizações e greves que a classe trabalhadora realiza nos anos que antecedem ao golpe.



A razão para tal situação, apontada por alguns historiadores, estaria relacionada à ainda pouca organização de base do movimento operário. No entanto, em que pese os problemas de organização, não podemos deixar de apontar um elemento que julgamos essencial para entender a pouca reação ao golpe: a direção do movimento, fortemente influenciada pelo PCB e pela sua política de apoio e aliança com um suposto setor da burguesia nacional, faz com que os trabalhadores se tornem reféns da classe dominante. A falta de independência de classe e o profundo

atrelamento e dependência das entidades sindicais às estruturas do Estado burguês, fazem com que em meio ao golpe os trabalhadores se vejam destituídos não somente de direção própria, como de um projeto político alternativo, dos trabalhadores. Conseqüentemente, com o movimento operário posto “sob controle” pela força das armas, abre-se também a possibilidade de intensificar o processo de acumulação de capital a partir do aumento da exploração do trabalho.

FASE III (1978 - década de 80)

III. Resistência e nascimento do Novo Sindicalismo

Quatro anos após o golpe, em 1968, três importantes focos de resistência ocorrem. O primeiro, em março, é desencadeado, no Rio de Janeiro, em função do assassinato do estudante secundarista Edson Luiz de Lima Souto, em enfrentamento com a polícia. Sua morte dá seqüência a uma série de manifestações que têm seu auge na passeata dos 100 mil em 26 de junho daquele ano. No mês seguinte são os metalúrgi-

cos da cidade de Contagem /MG que entram em greve. Em julho é a vez dos trabalhadores de Osasco paralisarem seis importantes fábricas da cidade.

Em dezembro, acontece a resposta da ditadura militar. Além da enorme repressão a cada uma das tentativas de resistência ao longo do ano, a edição do AI-5 (Ato Institucional nº 5) inaugura no País um longo período de ausência de qualquer tipo de liberdade e de muita repressão.

Quanto aos organismos sindicais, apesar de não terem sido fechados, inicialmente tiveram sua atuação limitada às rotinas previstas na legislação já existente desde a era Vargas.

No início dos anos 70, em consonância com o auge chamado “milagre econômico”, o governo passa “a estimular um modelo de atuação sindical caracterizado pela ação exclusivamente assistencial”. A idéia vigente, propagada pelo governo militar, era a de que primeiro seria necessário o crescimento o bolo, para somente depois, dividi-lo. “A propaganda de que os benefícios do milagre econômico não tardariam a ser sentidos pelos trabalhadores, aliada à proposta (nada original) dos sindicatos assistenciais e a

Milagre econômico - período entre 1968 e 1973, quando, sustentado em um volumoso endividamento externo, foram feitos pesados investimentos em infra-estrutura, nas indústrias de base, de transformação, equipamentos e bens duráveis (veículos e eletrodomésticos). No início da década de 70, a economia apresenta resultados excepcionais, com o PIB (Produto Interno Bruto) crescendo a 12% ao ano. Em meados da década de 70, a crise do petróleo e a alta internacional do dos juros desaceleram a expansão industrial e jogam o país numa profunda crise, revelando que o tal “milagre” havia deixado de fora milhões de trabalhadores.

sua pronta aceitação pelas lideranças sindicais do período, teve como consequência um aumento considerável dos índices de sindicalização, tanto na área urbana como rural” (França, 2000).

Somente dez anos depois, em maio de 1978, presenciaremos o salto de qualidade de um longo processo de resistência que se desenvolve durante os anos mais duros da ditadura. Com os níveis de exploração atingindo patamares insuportáveis e com o fim do “milagre econômico”, a classe operária concentrada no ABC Paulista, rompe a barreira da legalidade e desencadeia

um poderoso movimento que marcará profundamente a organização sindical e política dos trabalhadores brasileiros. Concretiza-se, neste momento, uma ruptura entre a prática das direções existentes no pré-64.

Essa ruptura não ocorre à toa. A concentração operária existente nas grandes montadoras do ABC, típica das fábricas cuja organização da produção baseava-se no fordismo / taylorismo, havia desencadeado, no decorrer dos anos, fruto da superexploração daqueles trabalhadores, um processo de socialização das angústias, descontentamentos, desilusões.



As ações de resistência à intensa exploração, que no auge da ditadura militar muitas vezes se manifestavam de maneira individual, com a falta ao trabalho, o murro na porta de vidro ou a briga com o chefe, aos poucos vão ocorrendo mediadas por em ações coletivas. Diferentes formas de mobilização, que vão desde os abaixo-assinados e operações de sabotagem da produção às paralisações de curta du-

ração, passam a conviver num mesmo espaço fabril (Frederico, 1979; Antunes, 1992). Daí para a explosão que tem início em 1978 a partir da mobilização na Scania e rapidamente se espalha pelo ABC Paulista, faltava apenas uma faísca. Quando ela ocorre, fruto do descontentamento com os índices de reposição salarial, a greve e a consciência do poder da classe trabalhadora toma conta da região.



Para uma melhor compreensão deste momento histórico, de ruptura do movimento nascido em 1978/1979 com ação sindical desenvolvida na fase anterior, precisamos ainda considerar mais três elementos. O primeiro diz respeito à composição da classe operária da região. Como já foi apontado anteriormente, ela nasce em meio ao processo de industrialização iniciado nos anos 50 e é parte do fluxo migratório que vai alterando o perfil econômico do País. O outro diz respeito aos longos anos de ditadura militar que, de fato, fruto da repressão intensa ao movimento, proporcionaram um distanciamento entre os antigos dirigentes sindicais e a nova direção. Por último, a intensa exploração do trabalho no interior das fábricas de médio e grande porte, aliada à existência de um Estado ditatorial, não abria espaço para que a jovem classe operária do ABC semeasse qualquer tipo de ilusão ou esperança tanto no Estado burguês como nos setores patronais.

Nesse sentido, se por um lado, no período anterior ao golpe, as lideranças dos trabalhadores, em grande parte ligadas ou influenciadas pelo PCB, balizavam sua política a partir de uma análise que apontava para a necessidade de uma ampla frente com setores burgueses, considerados “progressistas”, a direção forjada no final da década de 70, se forma a partir de uma base que vê na independência

de classe e na luta condição essencial para conquistar.

Portanto, a prática que norteará a fundação da CUT, em 1983, e, na mesma década, impulsionará a formação de inúmeras oposições sindicais que visavam derrubar as direções pelegas, está fundamentalmente assentada na independência de classe e na ruptura com as estruturas montadas a partir do Estado. Conseqüentemente, passam a ser centrais na atuação do movimento sindical: a luta pela liberdade e autonomia sindical; a democratização das relações no interior das entidades sindicais com participação ampla da base nas decisões; a defesa do sindicato enquanto instrumento de organização da luta dos trabalhadores.

Na década de 80, além do poderoso movimento pelas Diretas, Já!, os trabalhadores brasileiros são também protagonistas de inúmeras greves (ver tabela abaixo), cujos métodos de luta adotados variam entre a ocupação das fábricas, unificação de campanhas salariais de diversas categorias, greves gerais nacionais, às famosas operações tartaruga, pipoca, vaca brava ou padrão.

Expande-se, no período, a organização sindical por meio da formação de centrais sindicais, cuja expressão maior será a CUT, representante do que ficou denominado como **Novo Sindicalismo**.

Tendência grevista na segunda metade dos anos 80

	1985	1986	1987	1988	1989*
Número de greves	843	1493	2259	1914	387
Dias parados	4.635	7842	18291	17883	3474
Contingente paralisado	6.635.183	7.147.020	8.303.115	7.137.035	620.148
Jornadas de trabalho perdidas**	48.812.484	32.188.679	58.956.510	63.495.190	5.879.954
Média de dias parados	7.3	4.5	7.1	8.9	9.7

* Os dados de 1989 são relativos aos meses de janeiro e fevereiro.

**Número de trabalhadores parados vezes a média de dias em greve.

Fonte: Comissão de Estatísticas Básicas da área do Trabalho e da Assessoria Econômica do Ministério do Trabalho (Folha de São Paulo, 16/04/1989) In: Antunes, Ricardo. *O Novo Sindicalismo no Brasil*, São Paulo: Pontes, 1995, p.15.

A fundação da CUT

Em 1981 acontece o I CONCLAT (I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora). O encontro reúne 5.036 delegados vindos dos mais diversos ramos da classe trabalhadora (inclusive do setor rural) e 1.091 entidades sindicais. Na Conferência, dois blocos, se fazem presentes. O primeiro era composto por setores das oposições sindicais e representantes ligados ao sindicalismo do ABC que refletiam a explosão grevista de 1978/1979. O segundo, denominado Unidade Sindical, expressando posições moderadas e conciliatórias frente ao governo, contava com a presença de dirigentes com origem

no PCB, PC do B e MR-8.

Com posições políticas diferentes, a polarização entre os dois blocos pode ser sintetizada em duas questões centrais: o debate em torno ao atrelamento ou não da estrutura sindical ao Estado e a opção político partidária que, no caso do bloco ligado ao Novo Sindicalismo, concretizava-se cada vez mais na fundação de um partido sem patrões, o PT. O setor denominado Unidade Sindical chamava os trabalhadores a se organizarem em torno ao PMDB (antigo MDB) (França, 2000).

EM AGOSTO DE 1981 - 1º CONCLAT EM PRAIA GRANDE-SP Dois blocos se enfrentam

Autênticos e oposições sindicais

Mobilização e confronto

Sindicatos dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo

Sindicato dos Bancários de Porto Alegre

Sindicato dos Bancários de São Paulo

Oposição dos Metalúrgicos de São Paulo

Reformistas-conservadores

**Conciliação de classes-
Pacto Social**

Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo

Sindicato dos Metalúrgicos de Santos

Confederação dos Trabalhadores na Agricultura-CONTAG

PCB e PC do B

Resolução do 1º CONCLAT
Eleição da Comissão Nacional Pró-CUT
Que terá a tarefa de unificar o movimento sindical e preparar a construção da Central Única dos Trabalhadores.



para refletir:

Quais os princípios nortearam a fundação da CUT na década de 80?



PERÍODO QUE ANTECEDEU A REALIZAÇÃO DO CONGRESSO DE FUNDAÇÃO DA CUT

No Congresso de 1981 a Comissão Pró-CUT tinha a tarefa fundamental de preparar o Congresso de fundação da CUT que ficou definido para o ano seguinte, 1982. Neste ano, os militares com a sua política tímida de abertura definiram a realização de eleições de Vereador a Governador em todo país, e abriram a possibilidade de uma reorganização partidária, que fez surgir PT, PDT, PDS, a volta do PTB, entre outros. Acabando o bipartidarismo entre a Arena e MDB.

Os setores do bloco reformista e pelegos argumentaram que a realização do congresso de fundação da central seria uma provocação aos militares, exatamente em um período em que a sociedade estava conquistando o direito a eleger o seu governante. Diante, desse recuo do bloco reformista que tinha uma forte influência entre os sindicatos e Confederações, o congresso de fato ficou para ser realizado em 1983. O ano inicia com reuniões que debatiam a construção de uma central unitária de todo o movimento sindical. As reuniões da Comissão Pró-CUT passaram por embates acirrados, dividindo o grupo em dois blocos que se formaram no I CONCLAT de Praia Grande em 1981, frutos de concepções e práticas sindicais distintas. O Bloco dos reformistas que tinha como integrantes os dois partidos comunistas (PCB e PCdoB) e os pelegos tradicionais, apresentaram as diferenças que ficaram compreensivas, quando se revelou-se o verdadeiro motivo dos reformistas serem contra a realização do congresso de fundação da central. Eles eram contra o artigo do regimento que convocava o congresso que garantia a participação das Oposições Sindicais, e, portanto, exigiam a retirada do artigo:

“O artigo 8º ... Abria-se, assim, a possibilidade de movimentos ou oposições sindicais virem a re-presentar categorias sociais cujos sindicatos decidissem boicotar o evento. Dirigentes sindicais vinculados à Unidade Sindical (mais tarde, Conclat e CGT) defendiam a representação exclusiva das estruturas sindicais vigentes, ou seja,

limitada às diretorias de sindicatos, federações ou confederações sindicais”.

Segundo os setores vinculados aos pelegos e PC's, o artigo 8º permitia uma deturpação do CONCLAT, possibilitando segmentos minoritários, sem nenhuma representatividade se arvorar como representante de suas bases, sem ter legitimidade.

Com esse impedimento, ocorreu um racha entre os organizadores, que no primeiro momento, chegou a ameaçar a realização do Congresso de Fundação da CUT.

No dia 21 de julho de 1983, o bloco do sindicalismo combativo, que vinha a todo momento colocando a necessidade da construção de uma central, convocou e preparou uma Greve Geral contra o pacote econômico do governo militar General João Batista de Oliveira Figueiredo. A greve geral, foi o primeiro esforço, de realizar uma luta unitária contra a ditadura militar. Foi um movimento importante, apesar de não ter o envolvimento de toda Classe Trabalhadora, foi considerado como um ensaio de Greve Geral, conseguiu a adesão de milhões de trabalhadores. Servindo para resgatar a luta unitária da classe trabalhadora, como também fortaleceu o chamado a realização do Congresso de fundação da CUT que se realizou no mês seguinte, agosto de 1983.

Em 1983, após um ano de adiamento fruto das diferenças programáticas, o que deveria ser um novo CONCLAT, unificado, se converte em dois eventos. O primeiro é promovido em São Bernardo do Campo/SP pelos grupos ligados ao Novo Sindicalismo e representantes de trabalhadores rurais, no qual será fundada a CUT (Central Única dos Trabalhadores). O segundo, realizado na Praia Grande/SP e impulsionado pelos integrantes da Unidade Sindical, se constituirá no embrião da futura CGT (Central Geral dos Trabalhadores), fundada em 1986.

Duas centrais sindicais e dois projetos. Se por um lado a projeto predominante na ala ligada à CGT foi o da continuidade da política

de conciliação de classes existente no período anterior ao golpe e da manutenção intacta da estrutura sindical subordinada ao Estado, por outro, o sindicalismo expresso na CUT daqueles

anos apontava para um outro caminho, conforme os artigos de seu primeiro estatuto, abaixo citados:

“Art. 2 – a CUT é uma central sindical unitária classista, que luta pelos objetivos imediatos históricos dos trabalhadores, tendo a perspectiva de uma sociedade sem exploração, onde impere a democracia política, social e econômica (...);

Art. 4 – (...) a CUT tem como tarefa avançar na unidade da classe trabalhadora e não na cooperação entre as classes sociais (exploradores e explorados), lutando por sua independência econômica, política e organizativa;

Art. 6 – a CUT luta pela mudança da estrutura sindical brasileira, corporativista, com o objetivo de conquistar liberdade e autonomia sindicais. A CUT luta pela transformação dos atuais sindicatos em entidades classistas e combativas, organizados a partir de seus locais de trabalho” (In: França, 2000, p.3

O CONGRESSO DE FUNDAÇÃO DA CUT É MANTIDO

Realiza-se de 23 a 25 de agosto de 1983

O chamado SINDICALISMO COMBATIVO que surge das lutas do final dos anos 70 constrói a CUT que nasce se propondo a construir um sindicalismo apoiado nas bases e não nas cúpulas.

Duas características básicas que definem o sindicalismo classista da CUT:

1) A luta por atrair a maior participação possível de trabalhadores;

2) A capacidade de organizá-los, em oposição à classe burguesa.

Além dos Metalúrgicos, bancários, petroleiros, servidores públicos e trabalhadores rurais, tiveram uma presença marcante na formação da CUT.

Durante toda década de 80 a CUT potencializou as lutas da Classe Trabalhadora, organizando as jornadas de lutas. Ligada fortemente à mobilização dos trabalhadores, a CUT não para de crescer.

A Campanha das Diretas, teve seu início justamente em novembro de 1983, com a realização de um ato em São Paulo, convocado e impulsionado pela a jovem Central Única dos

Trabalhadores, esta campanha ganha as ruas e leva milhões de pessoas a exigirem as eleições para presidente e o fim da Ditadura Militar. A emenda Dante de Oliveira, não conseguiu ser aprovada em abril de 84, mas a luta campal nas ruas de todo Brasil, enfraqueceu e chegou a rachar o Governo Militar, com os seus principais expoentes pulando fora do barco, como foi o caso de José Sarney senador da ditadura e o vice-presidente Aureliano Chaves.

No ano de 1985, quando da escolha do novo Presidente da República, os militares não tiveram mais força para indicar outro General, no Colégio Eleitoral, apresentaram o nome de um político civil, Paulo Salin Maluf, a oposição unificada, que reunia todos os partidos burgueses de oposição, e os PC's e conseguiram alguns adeptos de deputados do PT, apresentaram a chapa Tancredo Neves e José Sarney, que terminaram por ganhar as eleições na votação indireta do Colégio Eleitoral.

Depois desse processo, a CUT só cresceu, se fortalecendo no seio do sindicalismo combativo, passando a impulsionar a organiza



ção de oposições sindicais, que vieram a ganhar as eleições de sindicatos importantes, como foram: as eleições dos Metalúrgicos de BH e Contagem em 1984, as eleições dos Bancários do Rio de Janeiro, entre outras.

Com o fortalecimento da CUT, a central passou a impulsionar as lutas gerais da classe trabalhadora, organizando Greves Gerais, como as de 86,87 e 89, essa última considerada a maior greve geral realizada em nosso país até aquele momento. Nesse período o Brasil viveu um ascenso colossal de lutas operárias e do conjunto dos trabalhadores.

Em 1988 vem a Assembleia Constituinte, os movimentos sindicais, especialmente através da CUT nos seus primeiros passos de vida, travaram uma luta incansável por ampliar os direitos da Classe Trabalhadora.

A busca pelo direito de sindicalização e livre organização sindical, direito de greve, planos de carreiras e isonomia, a seguridade social, etc, foram pautados na luta do conjunto da classe trabalhadora.

Em 1990, conforme tabela abaixo, havia aumentado em quase 150% o número de entidades filiadas. Tal crescimento ocorre em várias direções. Uma delas é a da conquista de diversas Entidades, que até então se encontravam nas mãos dos antigos pelegos. Prolifera-se pelo país o movimento de oposições sindicais. Outra pela criação de novas entidades, como no caso dos servidores públicos que conquistam o direito à sindicalização a partir da Constituição de 1988. Ou ainda pela adesão de entidades até então sem vínculo com qualquer central sindical.

Período	Nº Entidades filiadas	Variação (%)
Agosto de 1986	284	-
Setembro de 1988	450	58,4
Junho de 1990	1.117	148,2
Agosto de 1991	1.679	50,3
Junho de 1993	1.917	14,2

Fonte: Comim, Álvaro. A experiência de organização de centrais sindicais no Brasil In: Carlos Alberto Oliveira (e outros). O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século. SP: Scritta / Cesit, 1994. Tabela citada por Teones Pimenta França, 2002, p.37.

No final dos anos 80, seguindo um curso contrário ao do crescimento da CUT, a CGT (fundada em 1986) se divide em duas centrais, de mesma sigla. Uma delas, a Central Geral dos Trabalhadores, tem à sua frente Joaquinção, um conhecido pelego ligado ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. A outra CGT é a Confederação Geral dos Trabalhadores, cujo principal dirigente é Antônio Magri, vinculado ao Sindicato dos Eletricitários de São Paulo e que, durante o governo Collor, ocupou o cargo de Ministro do Trabalho.

Vale ressaltar que não é à toa que frente a um processo tão vigoroso de lutas e reorganização do movimento no decorrer dos anos 80, ao contrário do curso dos acontecimentos em diversos países, inclusive nos do welfare state (nos quais há uma presença maior do Estado nas áreas sociais), no Brasil a ofensiva contra os direitos dos trabalhadores não vingou. O “atraso” de pelo menos 10 anos na implementação das medidas anti-sociais características do neoliberalismo é atribuído, entre outros fatores, à força do movimento sindical brasileiro naquele período.



FASE IV - anos 90

IV. A ofensiva neoliberal e o sindicalismo cidadão e de negócios

A década de 90 no Brasil tem início com a posse do primeiro presidente eleito diretamente após o longo período de ditadura militar aberto em 1964. Embalada pelos discursos de “modernização” amplamente disseminados pelos meios de comunicação de massa brasileiros, a candidatura e o breve mandato do presidente Fernando Collor se encaixava perfeitamente nos projetos neoliberais já em curso em vários países do mundo desde a década anterior.

A ideia de “modernização” do País, largamente defendida naqueles anos, encontrava sua fiel equivalência nas medidas de “abertura comercial”, “privatização”, “quebra de monopólio estatal”, “competitividade” etc.

No entanto, apesar dar o pontapé inicial na implantação dos chamados “ajustes”, o mandato de Collor, envolto em denúncias de corrupção, dura pouco. Em dezembro de 1992, após intensas mobilizações, seu impeachment é votado.

As principais medidas neoliberais, portanto, só se acentuarão sob a gestão de seu vice, Itamar Franco e, em particular, nos dois mandatos consecutivos de Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1995, com o plano macroeconômico que ficou conhecido como Plano Real.

Sob a batuta das metas do FMI e do Banco Mundial, as medidas adotadas no Brasil, em essência, não diferiam das aplicadas nos demais países latino-americanos e, de modo geral, nos de economia dependente. Centradas na abertura comercial progressiva, na desindexação salarial e nas reformas institucionais (flexibilização da legislação trabalhista, privatização, alteração do sistema previdenciário etc.), iam de encontro, por um lado, com o fenômeno que ficou conhecido como globalização da economia. Por outro, de forma interligada, pretendiam ainda o

controle da economia brasileira visando garantir as remessas de nosso dinheiro para o pagamento dos juros da dívida externa.

As consequências da adoção destas medidas são rapidamente sentidas. Tem início no país um processo de fechamento e falência de um amplo setor de empresas e incorporação ou fusão de outras por mega-grupos empresariais mundiais.

Outro efeito, decorrente da diminuição do parque industrial e da intensificação das medidas de reestruturação da produção (que no caso do serviço público atendem pelo nome de “reforma administrativa”), será o do aumento do desemprego e das diversas formas de precarização da força de trabalho.

Além do crescimento constante do índice de trabalhadores jogados para o mercado de trabalho informal, mudanças na legislação trabalhista, efetuadas nos anos 80 e 90, passam a permitir diferentes formas de contratação da força de trabalho. As possibilidades de contrato temporário são ampliadas; a terceirização é utilizada como nunca antes. Entram em cena ainda o trabalho por tempo parcial, o uso indiscriminado de estagiários em substituição aos trabalhadores com registro em carteira ou concursados. No serviço público instaura-se a febre das Frentes de Trabalho.

Como consequência direta, a base sindical que anteriormente, mesmo no caso de sindicatos ligados à iniciativa privada, era em sua composição geral relativamente estável, na década de 1990 se vê completamente fragmentada pelas diversas formas de contratação e categorias profissionais.

Se isso não fosse suficiente, um exército cada vez maior de trabalhadores jogados na informalidade, se vê aliado dos organismos de classe. A forma de organização sin-



dical extremamente verticalizada, construída durante o predomínio do fordismo-taylorismo, na qual os trabalhadores são organizados por categoria profissional (metalúrgicos, bancários, servidores públicos etc), já não consegue responder à nova configuração da classe trabalhadora. Em outras palavras, o sindicalismo (no mundo inteiro) passa a enfrentar uma poderosa crise de representatividade e norte político. E será a resposta das direções sindicais frente a essa ofensiva do capital que inaugurará o período que estamos neste curso apontando como Quarta Fase.

A resposta da cúpula do sindicalismo cutista

Uma das grandes novidades desta década foi, sem dúvida, o giro dado pela direção majoritária da Central Única dos Trabalhadores em direção a um sindicalismo de conciliação com os patrões.

Os primeiros sinais de mudança surgiram ainda no fim dos anos 80 com a idéia do sindicalismo cidadão e com as alterações, no 3º Congresso, em 1988, no estatuto da Central, que modificaram as regras para eleição de delegados aos congressos nacionais. Se antes todos os delegados aos congressos estaduais e nacionais eram eleitos diretamente pelas assembleias de base, após a alteração do estatuto estas instâncias indicavam apenas os que participariam dos congressos estaduais. Os delegados à instância nacional passaram então a ser eleitos nos congressos estaduais.

Outra medida adotada foi a da mudança do cálculo para determinar a quantidade de delegados aos congressos. Diferente do critério anterior, no qual eram computados todos os trabalhadores da categoria para efeito de cálculo, a partir daquele momento a quantidade de delegados deveria se basear apenas no número de sindicalizados.

Mais um elemento, que não podemos deixar de considerar, é o do impacto, no conjunto das direções do movimento, da queda do muro de Berlim (1989) e do desmantelamento do Estado Soviético e dos demais países integrantes do dito bloco comunista. Com a queda dos países do Leste, além da ofensiva no plano econômico e político, como vimos acima, a burguesia e seus aliados abriram uma outra frente de ataque aos trabalhadores: o colapso do bloco foi utilizado largamente pelos defensores do capitalismo para, ao menos no marco da propaganda ideológica, o firmarem enquanto única forma possível de sociedade.

Para se ter uma pequena ideia do que estas alterações estatutárias significaram, basta dizer que no congresso de 1988 os delegados de base representavam 50% do total de participantes. Em 1991, ficaram reduzidos a 17% do total de delegados, sendo que 83% da delegação do congresso era composta por dirigentes sindicais.

Outro dado, recente, que reflete o crescente distanciamento da central em relação à base pode ser verificado no congresso de 2003. Neste congresso, o oitavo da vida da CUT, apenas 1.721 entidades filiadas, de um total de 3.353, participaram do evento. Quanto à participação da delegação de base, mais uma queda. Segundo pesquisa realizada pelo CESIT desta vez o número de dirigentes sindicais atingiu 90% da delegação do congresso.

Muito além de meras mudanças burocráticas durante os anos 90, o que de fato ocorre na Central é uma progressiva mudança, por parte de um setor expressivo de sua direção, na concepção de ação sindical. No 4º Congresso, de 1991, a polêmica e divisão interna em torno à participação ou não no “entendimento nacional” chamado pelo governo Collor, exemplifica



que o rumo de atuação da Central começava a se alterar.

Daí pra frente, no decorrer da década de 90, não faltam exemplos da mudança no norte de atuação política: Câmaras Setoriais; participação (em 1995) no acordo de

reforma da previdência de FHC; o peso crescente de verbas do FAT na sustentação da estrutura sindical; acordos que flexibilizam direitos e regulamentam, por meio de PDV's, demissões; defesa do sindicato orgânico etc.

Mas afinal, o que estava acontecendo?

Além dos fatores internacionais já apontados no início desta fase, outros elementos contribuíram para a guinada da Central rumo à conciliação de classes e ao crescente atrelamento ao Estado. Um deles foi o aumento do peso parlamentar do PT e a conquista das primeiras prefeituras ainda ao final dos anos 80, aproximando ainda mais amplos setores do movimento das estruturas do Estado. Outro diz respeito à derrota eleitoral de Lula em 1989. Tais fatos impulsionam o fortalecimento, no bloco majoritário da direção da CUT capitaneado pela corrente Articulação Sindical da ideia de que o discurso radical e classista se convertera em empecilho para os projetos eleitorais.

Em março de 1991, a fundação da Força Sindical reforça ainda mais a ideia da necessidade de um tipo de sindicalismo propositivo, que na linguagem da central sindical recém-nascida, organizada em torno do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e na pessoa de Luiz Antônio Medeiros, era denominado de “sindicalismo de resultados”. Segundo seu manifesto de fundação:



“A criação de uma central sindical moderna e ativa, a Força Sindical, surge, neste contexto de crise e mudanças, como uma necessidade imperiosa. Tanto os trabalhadores como a sociedade como um todo necessitam, precisam, exigem uma central sindical que não seja ‘revolucionária’, de um lado, ou submisso, de outro. Uma central que não seja, de um lado, apenas sustentação de algum projeto estatal ou, de outro, inimiga visce-ral tanto do Estado quanto do empresariado. (...) Pretende-se a busca permanente de um entendimento nacional, através de uma postura crítica e construtiva, e com base, sempre, em uma negociação de caráter político geral” (citado por Antunes, O Novo Sindicalismo, p.41).

Para o setor majoritário da CUT, portanto, estava colocado um novo desafio: o de se apresentar frente ao governo e patrões de maneira tão viável como a central concorrente. Em essência, nos anos 90, mais que a ideia de participar de organismos tripartites, privilegiar a conciliação de classes e a negociação em detrimento da mobilização dos trabalhadores, predomina na CUT, uma concepção de atuação baseada na lógica do mercado. À prática sindical, sob o argumento da necessidade de apresentar propostas “viáveis”, foram



incorporadas “preocupações” com a produtividade, competitividade e lucratividade das empresas. Este passa a ser o limite imposto à luta dos trabalhadores.

Como salto de qualidade da tendência em curso nos anos 90, assistimos também, a partir da vitória de Lula, as diversas reformas (nos moldes FHC) que o governo vem encaminhando, a crescente incorporação de dirigentes sindicais às estruturas do governo, assim como a participação direta deste setor na administração de dois importantes fundos de pensão: a Previ (o maior da América Latina) e a Petros.

Além disso, a própria CUT começa a construir o projeto de criar o seu próprio Fundo de Pensão, sem falar no acordo com os bancos para desconto de empréstimos em folha de pagamento.

Aprofunda-se, dessa forma, o distanciamento da Central das estruturas sindicais de base, assim como, na prática, a proximidade a um modelo de sindicalismo anteriormente rechaçado: o sindicalismo atrelado e de negócios.

Na base deste modelo está o fato de que a sustentação financeira da CUT passa a não depender prioritariamente de sua relação com a base. A estrutura da central, atualmente, é essencialmente garantida não somente pelos negócios, mas por sua relação com o governo. Na verdade, quanto mais próxima, atrelada e dependente da estrutura do Estado, necessariamente, mais conciliadora tende a ser a política defendida pelos dirigentes. Afinal, como propor enfrentamentos contra o governo e patrões e, ao mesmo tempo, se beneficiar da estrutura do Estado burguês?

Para que tenhamos uma ideia da dependência da CUT com relação ao Estado, basta uma rápida olhada no orçamento da Central. Em 98 a CUT arrecadou mais de 28 milhões de reais, deste total cerca de 4 milhões vieram de convênios. Em 1999, a CUT passou a arrecadar 54 milhões, quase o dobro, mas as verbas de convênios saltaram de quatro para 28 milhões de reais. Deste total, 21 milhões vieram do FAT (Fundo de Amparo ao trabalhador).

- DÉCADA DE 90: FORTALECE-SE O SINDICALISMO CIDADÃO

- **Predomina a tática dos acordos por empresa.**
- **Fundação da Força Sindical - março de 1991.**
- Reforço, para o setor majoritário da Central, da necessidade de ocupar espaço pela via que privilegia a negociação / via propositiva.
- **Acordos das Câmaras Setoriais - março de 1992 - 1º acordo Câmara Setorial Automobilística**
- 1992 / 1995 - 23 câmaras
- **Participação nos debates sobre reformas estruturais do Estado**
- Reforma Fiscal (apoio à proposta da FIESP)
- 1995: apoio à proposta de FHC para reforma da previdência
- Pressão das correntes de esquerda fazem Vicentinho recuar
- **Acordos Coletivos - aumento, ano a ano, das cláusulas de flexibilização**
- Banco de Horas, Redução de Jornada e salário, reestruturação das fábricas, cláusulas financeiras vinculadas aos índices de produtividade etc.



Convertida numa Central cada vez mais dependente do Estado, a CUT dos anos 90 passa a jogar na lata do lixo toda a história de luta pela Autonomia e Liberdade Sindical que caracterizou sua história.

Para aprofundarmos ainda mais nosso debate, vamos analisar um pouco a proposta de Reforma Sindical defendida pela Central Única dos Trabalhadores, Força Sindical e CGT.

A Reforma Sindical

Outro elemento importante que expressa a prática sindical predominante neste período diz respeito à proposta de reforma sindical acordada, recentemente, a partir do FNT (Fórum Nacional do Trabalho), do qual participaram representantes da direção majoritária da CUT e dirigentes da Força Sindical.

O papel que a CUT exerceu na Reforma Sindical e Trabalhista está profundamente

vinculado a sua relação com o governo e sua dependência das verbas do Estado. Longe de representarem os anseios expressos pelo sindicalismo que nasceu das greves de 78/79, as medidas propostas visam centralizar poderes na cúpula das centrais, mantém o profundo atrelamento ao Estado e diminuem drasticamente o poder de decisão das instâncias sindicais de base. Vejamos alguns exemplos:

a) Liberdade e Autonomia Sindical

Desde a década de 30, com a estrutura sindical posta em prática pelo governo Vargas, a efetiva defesa da liberdade e autonomia sindical só volta a ganhar força no final dos anos 70. Naquele momento o debate sobre a necessidade do fim da unicidade imposta e de toda e qualquer interferência do Estado nas formas de funcionamento das entidades dos trabalhadores se põe na ordem do dia. A ideia central daquelas propostas era a de que somente os trabalhadores, organizados em suas reuniões, assembleias e congressos, poderiam efetivamente decidir o melhor caminho a ser adotado, assim como qual sindicato ou diretoria gostariam de ter à frente de suas lutas. Ou seja, devia prevalecer a democracia dos trabalhadores.

Fruto dessa concepção que, desafiando a lei, nasceu a CUT. Nos anos 80 a entidade cresceu dia após dia seja com a adesão de sindicatos já existentes, seja por meio da retomada para as mãos dos trabalhadores de entidades dirigidas pelos denominados “pelegos”. Apesar de “ilegal”, seu reconhecimento por parte dos trabalhadores sempre foi inquestionável.

Mas o que essa história toda tem que ver

com o que está sendo proposto hoje? Infelizmente, nada.

Em primeiro lugar o atrelamento da estrutura sindical ao Estado está mais do que mantido. A proposta de reforma sindical mantém a interferência nos estatutos das entidades, determina de cima para baixo qual sindicato é representativo ou não, quem negocia ou não em nome dos trabalhadores e mantém a possibilidade de intervenção nas entidades sindicais e cassação (pela cúpula) da representatividade destes organismos. Na verdade, as mudanças propostas vão no sentido de piorar ainda mais a situação da classe trabalhadora e sua organização. Entram em cena as centrais sindicais (agora legalizadas) e, na mesma proporção que o poder da cúpula sindical aumenta, diminui o poder de decisão dos trabalhadores.

Tal fato não ocorre à toa. Como a reforma sindical vem sendo concebida como a antecâmara da reforma trabalhista e, como já sabemos, os ataques que os patrões e governo pretendem desferir contra as conquistas dos trabalhadores não são pequenos, quanto menos democracia sindical, melhor.



b) A questão da representatividade

Apesar da história ter demonstrado, como no caso da CUT, que representatividade e liberdade sindical, necessariamente, devem caminhar juntas, na proposta aprovada, quem decide o que é representativo ou não são as centrais e governo.

Segundo o relatório existem dois mecanismos para um sindicato ser reconhecido como representativo: o da representatividade comprovada e o da representatividade derivada. Para a primeira modalidade é exigido o cumprimento de uma série de regras. Já no segundo caso as normas deixam de ser exigidas já que o sindicato vale-se, teoricamente, da representatividade da central.

Mas afinal, de que representatividade estamos falando? Desde quando o movimento do qual nasceu a CUT defendeu a existência de um critério de representatividade imposto pelo Estado? Até que ponto esses critérios não facilitarão ainda mais que somente os sindicatos mais dóceis aos patrões consigam a representatividade e, conseqüentemente, o direito de negociar em nome dos trabalhadores?

Não precisamos ir muito longe para perceber que há uma nítida linha de continuidade entre a prática sindical predominante nos anos 90 (que tem seu ponto alto na atual proposta de reforma sindical) e a concepção que entende a estrutura sindical como um instrumento de colaboração de classes.

Qualquer pessoa desavisada que leia as premissas da organização sindical do Relatório

da Comissão de Sistematização do FNT pensará que se trata de algum documento escrito no auge do Estado Novo, durante o governo Getúlio Vargas. Lá, no lugar de instrumento de defesa dos interesses de classe, os sindicatos passam a ter como diretriz “a promoção e a sustentação do diálogo social” enquanto “instrumentos fundamentais para o futuro virtuoso das relações de trabalho no Brasil”.

A pergunta que fica é um tanto simples: essa reforma garantirá um “futuro virtuoso” para quem? A cada ano, rapidamente, as pequenas conquistas salariais são corroídas e os trabalhadores levados a uma situação de crescente empobrecimento e desemprego.

Aos sindicatos, mais que instrumentos de defesa dos níveis salariais, cabe, para que de fato possam cumprir seu papel de ferramenta de luta e defesa dos interesses da classe trabalhadora, a tarefa de converterem-se em organismos a serviço da transformação social. E isso, só é possível na medida em que suas estruturas estejam libertas de toda e qualquer interferência do Estado. Submetidas apenas aos interesses da classe trabalhadora.

A nossa luta contra a exploração capitalista vai muito além das batalhas pontuais desenvolvidas nas campanhas salariais. Passa pela defesa da independência de classe, da democracia operária, de uma sociedade que ponha fim a toda e qualquer desigualdade social. E isso, como já vimos, não se alcançará pela via da conciliação de classes.



ORIGEM, HISTÓRIA E ORGANIZAÇÃO DOS BANCÁRIOS





ORIGEM, HISTÓRIA E ORGANIZAÇÃO DOS BANCÁRIOS

O Brasil agroexportador da década de 20 mantinha o sistema financeiro ainda jovial sobre o controle dos setores agrícolas, especialmente a cafeicultura de exportação. Assim, a organização de entidades de trabalhadores bancários se dá regionalmente, neste momento ainda tímidas, mas que ganhará forças ao longo do século XX com o crescimento do sistema bancário e com o aumento do número de trabalhadores nas agências.

Os bancários cumpriram um papel de vanguarda na construção de organizações que mesmo regionalmente, tiveram a importância de impulsionar a luta pelo sindicalismo independente e combativo sem nenhum grau de atrelamento ao Estado. As lutas que surgiram no setor bancário já encontraram entidades compromissadas com a representação de classe, que levantavam a bandeira do sindicato democrático e compromissado com a luta contra as injustiças sociais.

Com a mudança do país de uma economia agroexportadora para uma economia apoiada na industrialização, o sistema financeiro terminou por ser favorecido, e nas várias regiões do país abriram agências bancárias. Com esse crescimento, possibilitou a expansão da categoria em todo território nacional, só que os sindicatos mais atuantes se concentraram nos grandes centros.

O governo Vargas impulsionando o processo de industrialização no Brasil e ao mesmo tempo, regulando as leis trabalhistas, como controlando o funcionamento dos sindicatos, foi levando a uma polarização com os movimentos sociais.

No ano de 1934, a categoria bancária de todo país, tendo a frente os sindicatos de São Paulo, Rio de Janeiro e Santos deflagaram um movimento grevista a nível nacional que possibilitou a conquista do direito à estabilidade no emprego após dois anos de contrato. Neste mesmo período acontece a criação do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários-IAPB.

Após este ano de conquista, o Governo Vargas propaga pelos quatro cantos que os comunistas estavam preparando para derrubá-lo. Se referia ao levante de 1935. Aprofunda o endurecimento do regime, criando a Lei de Segurança Nacional, que passa a perseguir o movimento sindical, desembocando no advento do Estado Novo.

A Ditadura de Vargas se impõe levando o movimento sindical brasileiro a uma situação defensiva. Com o término da II Segunda Mundial, a maioria das ditaduras se enfraquecem e há um processo de democratização dos países até então, controlados por regimes militar.

Com essa nova conjuntura, mais precisamente nos anos de 1945 e 46, a categoria bancária realizam duas grandes paralisações em todo país que resulta na conquista de um Acordo Coletivo para todo território nacional.

Mas logo em seguida, volta ao retrocesso, com o Governo Dutra que iniciou o processo de redemocratização do país, inclusive que permitiu o PCB de participar das eleições. Chegaram a eleger um senador e 8 deputados federais. Mas outra onda de repressão ao movimento sindical acontece, colocando o PCB na ilegalidade e intervindo nos sindicatos de maior expressão, dentre eles o Sindicato dos Bancários de São Paulo.

Na década de 50, no retorno de Vargas ao governo, os movimentos sociais impulsionaram uma luta para que o Brasil tivesse a sua própria empresa estatal no ramo de extração e refino de petróleo. Para reivindicar essa proposta, desenvolveu-se uma CAMPANHA DO PETRÓLEO É NOSSO. A campanha ganhou folego por todo Brasil, com a juventude estudantil, sendo um dos expoentes dessa batalha.

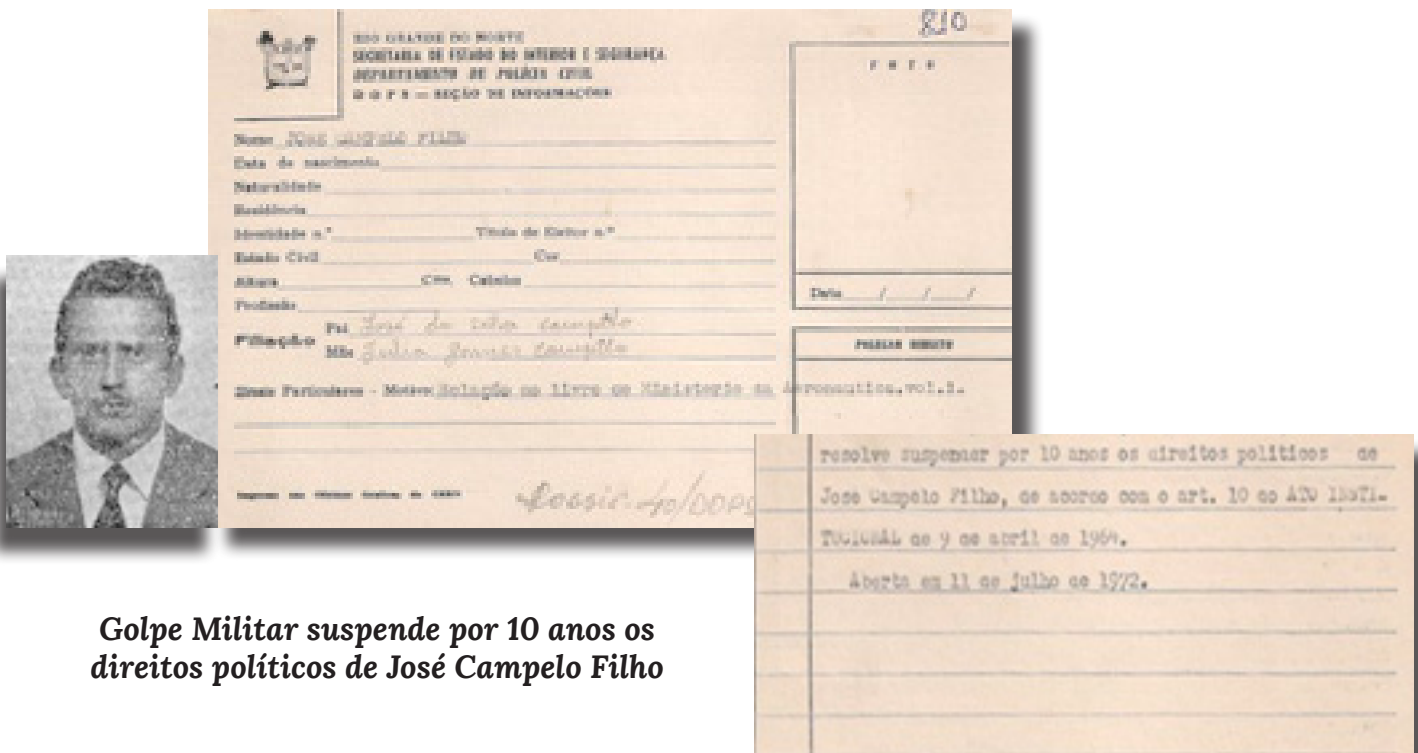
Os sindicatos de bancários do Brasil inteiro se somam a essa grandiosa luta. Os trabalhadores bancários continuaram com suas lutas específicas. Em 1951 deflagram a greve que se tornou a mais longa greve realizada pelo movimento bancário. A reivindicação prioritária foi o reajuste salarial de 40%. Em São Paulo a greve durou 69 dias. A patronal jogou pesado, apresentando propostas diferenciadas, levando o movimento a se dividir, com acordos em separado. Garantindo 20 e 25% de reajuste para alguns sindicatos e para o Sindicato de São Paulo levando a greve aos tribunais e atacando duramente a categoria com demissões em massa, transferências compulsórias, ocasionando um

total esvaziamento do movimento bancários.

Os bancários insistiram na luta, e continuaram sua jornada que permitiu nos anos seguintes a grandes conquistas: em 1956 a criação da Comissão Executiva Nacional dos Bancários e em 1957 a constituição da Federação dos Bancários de SP e finalizando a década com a formação da CONTEC.

A década de 60 inicia com os bancários impulsionando as mobilizações nacionais, já no ano de 1961 é realizada uma greve nacional, nos anos seguintes 1962 e 63 os bancários retornam com as paralisações. Na época o Brasil vivia uma crise econômica e política que terminou por desembocar no golpe militar em 1964.

A ditadura militar implantou o regime autoritário, e passou a intervir nos sindicatos, prendendo dirigentes sindicais. No setor dos bancários, os ditadores para fragilizar a organização da categoria, que já tinha um grau de organização nacional, passaram a criar entidades dóceis sobre o controle de dirigentes sindicais pelegos.



GOLE MILITAR SUSPENDE POR 10 ANOS OS DIREITOS POLÍTICOS DE JOSÉ CAMPELO FILHO



Com a intervenção na CONTEC e sindicatos, prisão e cassação de mandatos de dirigentes sindicais o movimento mergulhou num forte refluxo. Os trabalhadores do Banco do Brasil, que tinha um maior grau de organização foram dispersados.

No Rio Grande do Norte, os militares intervêm no sindicato, prenderam o presidente José Campelo Filho, e suspenderam por 10 anos os direitos políticos do sindicalista.



Durante a ditadura militar, o movimento sofreu um ataque profundo, mas isso não foi o suficiente para acreditar que seria possível retomar o movimento. Foi uma chapa de Oposição Sindical Bancária encabeçada por Olívio Dutra, que no ano de 1975 venceu as eleições para o Sindicato dos Bancários de Porto Alegre - RS conseguindo retomar o sindicato das mãos dos pelegos obedientes aos ditadores. Esta vitória impulsionou a retomada do movimento sindical para as mãos do sindicalismo classista. Apesar das perseguições políticas, as oposições bancárias persistem e começam a ganhar sindicatos.

A partir dessa vitória cria-se um bloco que conseguiu rearticular o movimento sindical que estava se desprendendo da interferência dos militares. Logo em seguida as greves estouram

no país, no ano de 1979 os bancários realizam uma greve que paralisa o sistema bancário de Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Por serem isoladas, foram vítimas de forte repressão, foram eliminadas sem que conseguissem suas reivindicações, embora se constituíssem em importantes focos de resistência.

O novo sindicalismo combativo, passa a impulsionar o surgimento de oposições sindicais tendo como objetivo derrubar as direções pelegas e assumir a condução dos sindicatos para colocá-los na luta para dismantelar a atual estrutura e construir uma nova direção. Essa nova direção teria a característica de ser independente dos patrões e do governo a partir da organização de base.

Este movimento potencializou o surgimento de novas direções para o movimento sindical, especialmente do setor bancário. Em 1983, a conjuntura política avança no enfrentamento com o governo militar, e as lutas desafiam a Lei de Segurança Nacional. Neste ano, ocorre uma greve que foi parte de um Ensaio de Greve Geral, que colocou em questão a política econômica recessiva do governo militar do General João Batista de Oliveira Figueiredo.

Neste ano, em São Bernardo do Campo é fundada a CUT - Central Única dos Trabalhadores. Na época um pequeno grupo de bancários do Rio Grande do Norte apoia a sua criação e elege Juvêncio Hemeterio como delegado ao congresso de fundação.





Com o acúmulo das lutas, os bancários realizam a primeira greve nacional após o golpe militar. Uma greve conduzida por uma Executiva Nacional eleita em Congresso da categoria. A greve foi extremamente vitoriosa, com a pauta de reivindicações sendo quase toda contemplada.

No Rio Grande do Norte, o Sindicato era influenciado pelo PCB que tinha um alinhamento com o sindicalismo pelego que deu origem a CGT e que se contrapunha a construção da CUT.

1985: Vitória da oposição Bancária no Rio



Encontro Nacional dos Bancários



O movimento bancário retomou sua expressão em 1985 na primeira grande campanha salarial unificada, mediante a unificação da data-base da categoria, antes com datas base regionalizadas. O movimento, entretanto, ainda era majoritariamente dirigido por sindicatos ligados às posições antigas.



A Greve de 1985 fechou 90% das agências bancárias no Rio de Janeiro. Fonte: O Globo



Em São Paulo, 30 mil bancários saíram em passeata, na maior manifestação realizada pela categoria. Os bancários realizaram uma greve histórica: entre os dias 10 e 12 de setembro o maior centro financeiro do país permaneceu de portas fechadas.



O comando de greve encaminhava as resoluções nos encontros. As greves de 1985, 1986 e 1987 foram lideradas pelo comando nacional.

Considerada pela mídia como o movimento com vistas salariais mais importantes depois de 1964, a greve nacional dos bancários de 1985 emergiu com uma nova forma de organização - comando nacional de greve e fixou a data-base em primeiro de setembro de cada ano.





*A greve em Natal na
década de 80*



*Eleições de 1989:
Bancários lançam
chapa de oposição
para o SIND-
BANCÁRIOS/RN*



Em 1989 a oposição bancária volta a disputar as eleições do SIND-BANCAUTAS/RN

Nas eleições de 1986 no Rio Grande do Norte, a Oposição Bancária da CUT é formada e lança uma chapa encabeçada pelo bancário Paulo Laguardia funcionário do Banco do Brasil, sem obter grandes êxitos. Em 1989 a Oposição constitui uma chapa que ameaça fortemente a situação, a chapa foi encabeçada pelo o funcionário do Banco do Brasil, Juvêncio Hemetério. Nesta eleição a disputa foi acirrada, mas a situação continuou a frente do sindicato.

A situação fortemente ameaçada nesse último processo eleitoral, buscou realizar algumas mudanças estratégicas, entre elas, foi se incorporar a CUT. Com isso, a oposição que continuou se organizando, porém com algumas limitações. Nos processos posteriores a oposição não se aproximou do êxito que foi a eleição de 89.

Com o sindicato já na CUT, em 1995 se forma uma chapa unitária reunindo a situação e o bloco histórico. Esta experiência não vai muito longe. Em 1998 a histórica oposição da CUT rompe essa chapa unitária e se soma a outro grupo que vinha historicamente na situação. Organizam uma chapa de oposição e perdem por 87 votos.

A oposição continua apresentando chapas e em 2004 a oposição vence e realiza uma mudança histórica, tirando do poder uma direção que há anos se perpetuava no poder.

Logo em seguida, a nova direção tem um grande desafio de realizar lutas agora com um governo que foi colocado pela classe trabalhadora, o PT. Os governos do PT atuaram na mesma dinâmica dos anteriores, e levou o movimento bancário, a realizar lutas memoráveis.

Com um ano de gestão, na luta contra a reforma da previdência de Lula, a CUT fica do lado do governo, levando a nova direção chegar à conclusão que não daria mais para ficar dentro da CUT. É realizado um plebiscito com debate no conjunto da base que decide pela desfiliação do sindicato a CUT.

Depois desse processo, abriu-se um debate sobre a necessidade da construção de uma nova central. A discussão caminhou para que o sindicato dos bancários entrasse no movimento de construção da CONLUTAS, depois CSP-CONLUTAS. E num grande plebiscito, depois de inúmeros debates a categoria bancária do Rio Grande do Norte vota na filiação do Sindicato a CONLUTAS.



para debates em grupos:

Qual a importância do movimento bancário na reorganização sindical no final dos anos 70?

Como o movimento dos bancários no Brasil e no Rio Grande do Norte contribuiu para a construção da CUT- Central Única dos Trabalhadores?

Quais elementos levaram parte do movimento dos bancários do Rio Grande do Norte a romperem com a CUT?

Como os bancários do RN participaram da construção da CSP- Conlutas?



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / INDICAÇÕES PARA LEITURA

- Antunes, Ricardo. *A Rebeldia do Trabalho. O confronto Operário no ABC paulista: as greves de 1978/80*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- Antunes, Ricardo. *O Novo Sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Pontes, 1995.
- Frederico, Celso. *A Vanguarda Operária*. São Paulo: Edições Símbolo, 1979.
- França, Teones Pimenta. *Para onde foi o Novo Sindicalismo? Sindicatos e reestruturação produtiva no Brasil (1978-1976)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2000.
- Galvão, Andréa. *A CUT na encruzilhada: impactos do neoliberalismo sobre o movimento sindical combativo*. In *Revista Idéias*, nº 09(1), IFCH da Unicamp, 2002.
- Gaspari, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- Gianotti, Vito. *A Liberdade Sindical no Brasil*. Coleção Tudo é História. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- ILAESE. *Reforma Sindical: o que você tem a ver com isso?* São Paulo, abril de 2004.
- Lopreato, Christina da S. Roquette. *A Greve Geral Anarquista de 1917 - A semana trágica*. São Paulo: Museu da Imigração, 1997.
- Konder, Leandro. *História das Idéias Socialistas no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.
- Oliva, Aloízio Mercadante (coord.); Rainho, Luiz Flávio (coord.) e outros (1987). *Imagens da luta: 1905-1985*. São Bernardo do Campo: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema.
- Pinheiro, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão. A revolução mundial e o Brasil - 1922/1935*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- Toledo, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 1964*. Coleção Tudo é História. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- Trotsky, Leon. *Os Sindicatos na época do imperialismo in A Questão dos Sindicatos*. São Paulo: Kairós, 1978.
- Viana, Luís Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- Shapiro, Helen. *A primeira migração das montadoras: 1956-1968 in De JK a FHC*. São Paulo: Scrita, 1997.
- Godeiro, Nazareno e Oliveira, João Ricardo. *Neodesenvolvimentismo ou Neocolonialismo: Sobre o mito do Brasil imperialista* - Editora Sundermann - 2016.